



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90005/2026-SEGUP/PA**

<b>Promotor: Estado do Pará   Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social SEGUP/Pa</b>	
<b>CNPJ nº. 05.054.952/0001-01</b>	
<b>Objeto:</b> Registro de preço para contratação de empresa especializada para Fornecimento contínuo de Envelopes e Lacres, a fim de atender às necessidades dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP/PA), de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital.	
<b>Método de disputa:</b> <input checked="" type="checkbox"/> Aberto	
<b>Critério de julgamento:</b> Menor preço do ITEM	
<b>Entrega</b>	
Forma	Conforme previsto no Termo de Referência.
Prazo	Conforme previsto no Termo de Referência.
Local	Conforme previsto no Termo de Referência.
<b>Valor Total Estimado: R\$ 13.873.490,42 (Treze milhões, oitocentos e setenta e três mil, quatrocentos e noventa reais e quarenta e dois centavos)</b>	
Período	12 meses
<b>Pagamento</b>	
Forma	Conforme previsto no Termo de Referência.
Prazo	
<b>Abertura da sessão pública</b>	
<b>Data: 22/05/2026</b> <b>Hora: 10:00h.</b> <b>Local: <a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a> (UASG: 925801)</b>	



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

## REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

### CLÁUSULA 1 - PROMOTOR DO PREGÃO

O promotor deste pregão é o estado do Pará, por intermédio da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - Segup/Pa, CNPJ nº. 05.054.952/0001-01 (UASG: 925801), com sede na Travessa do Chaco, nº. 2271, Bairro: Marco, Belém/Pa, neste ato representado pelo Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, **RENAN HENRIQUE NABOR DE OLIVEIRA**, designado pelo Decreto Estadual do dia 09/01/2026, publicado no D.O.E Nº 36.494, de 12/01/2026.

### CLÁUSULA 2 - FUNDAMENTO LEGAL

A presente licitação será realizada por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO** e observará a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Estadual nº 2.940/2023, Decreto Estadual nº 3.371/2023, Lei Complementar Federal nº 123/06 e Portaria nº 005/2026-GAB/SEGUP que designa os Agentes de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio e demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

### CLÁUSULA 3 - OBJETO

**3.1** O objeto desta licitação é Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para Fornecimento contínuo de Envelope e Lacres, a fim de atender às necessidades dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP/PA), conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

**3.2** O objeto a ser licitado está descritos detalhado no **Anexo I – Termo de Referência**, deste Edital.

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit. Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
01	Envelope plástico reutilizável modelo A - Tamanho 150 x 280 mm, conforme Termo Referência.	409.204	R\$ 1,49	R\$ 609.713,96
02	Envelope plástico reutilizável modelo B - Tamanho 265 x 380 mm, conforme Termo Referência.	405.644	R\$ 3,37	R\$ 1.367.020,28
03	Envelope plástico reutilizável modelo C - Tamanho 325 x 410 mm, conforme Termo Referência.	396.424	R\$ 5,08	R\$ 2.013.833,92



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

04	Envelope plástico reutilizável modelo D - Tamanho 565 x 745 mm, conforme Termo Referência.	339.244	R\$ 6,03	R\$ 2.045.641,32
05	Envelope plástico reutilizável modelo E - Tamanho 430 x 1310 mm, conforme Termo Referência.	369.184	R\$ 10,37	R\$ 3.828.438,08
06	Envelope plástico reutilizável modelo F - Tamanho 745 x 980 mm, conforme Termo Referência.	319.564	R\$ 8,39	R\$ 2.681.141,96
07	Lacre de polietileno (100% reciclável), descartável, dimensões mínimas de 400 mm X 50mm X 5mm X 2mm, conforme Termo Referência.	644.515	R\$ 2,06	R\$ 1.327.700,90
<b>Valor Total Estimado</b>				<b>R\$ 13.873.490,42</b>

**3.3.** A licitação observará o seguinte:

**Divisão em itens**, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o LICITANTE oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

**3.4. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no “comprasnet” e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência – Anexo I, o licitante deverá obedecer a este último.**

#### **CLÁUSULA 4 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO**

**4.1** Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**4.1.1** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**4.2** O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

**4.3** É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

**4.4** A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) poderá motivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**4.5 Não poderão disputar esta licitação:**

- a.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- b.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;
- g.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;
- h.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

**4.6** É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.

**4.7** Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**4.8** O impedimento de que trata a [alínea d do item 4.5](#) será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

**4.9** Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as [alíneas b e c do item 4.5](#)



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**4.10** As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.

**4.11** O disposto nas [alíneas b e c do item 4.5](#) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.

**4.12** A proibição do [item 4.6](#) também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **CLÁUSULA 5 - FASES DA LICITAÇÃO, APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**5.1** A licitação terá as seguintes fases:

- Apresentação da Proposta;
- Lances;
- Documentos de Habilitação;
- Julgamento das Propostas;
- Habilitação

**5.2** Os LICITANTES encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.

**5.3** No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:

- a. Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- c. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

- d. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e. Se o LICITANTE for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

**5.4** As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

**5.4.1** Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “*não*” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

**5.4.2** Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “*não*” apenas impedirá que o LICITANTE se beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

**5.5** A realização de declarações falsas nos [itens 5.3](#) e [5.4](#) sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

**5.6** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.7** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

**5.8** Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

**5.9** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**5.10** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

- a. A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *menor preço*; e
- b. A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *maior desconto*.

**5.11** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.9 será **sigiloso** para os demais LICITANTES e para o PROMOTOR, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.

**5.12** Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

**5.13** O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **CLÁUSULA 6 - PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**6.1** O LICITANTE deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

**6.1.1.** Os preços serão registrados pelo seu menor preço por item consignando o valor unitário e total e a descrição do(s) produto(s), sem dízimas, o qual deseja enviar proposta, preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico;

- a. valor do item
- b. Marca.
- c. Fabricante
- d. Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do TR.

**6.2** O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.

**6.3** Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**6.4** Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do item 7.13.

**6.5** Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**6.6** A apresentação das propostas obrigar cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade com o TR.

**6.7** O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 dias**, a contar da data de sua apresentação.

**6.8** Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

- a. Caso o critério de julgamento seja o de *maior desconto*, o preço decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas.
- b. O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:
  1. Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou
  2. Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **CLÁUSULA 7 - ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**7.1** A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2** A proposta que identifique o LICITANTE será desclassificada.

**7.3** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.4** A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.

**7.5** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

**7.6** Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.

**7.7** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o PREGOEIRO e os LICITANTES.





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**7.8** Iniciada a fase de lances, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.9** O lance deverá ser ofertado do seguinte modo: **valor total do item**.

**7.10** Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

**7.11** O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.

**7.12** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos LICITANTES será de **R\$ 0,10 (dez centavos)**.

**7.13** O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**7.14.** O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Modo de Disputa	Regras
<input checked="" type="checkbox"/> <b>Aberto</b>	<p><b>a.</b> No modo de disputa aberto, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.</p> <p><b>b.</b> A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos da sessão pública.</p> <p><b>c.</b> A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.</p> <p><b>d.</b> Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.</p> <p><b>e.</b> Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.</p> <p><b>f.</b> Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários.</p>

**7.15** Após o término dos prazos estabelecidos no [item 7.14](#), o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**7.16** Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

**7.17** Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

**7.18** No caso de desconexão com o PREGOEIRO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**7.19** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo PREGOEIRO aos LICITANTES, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.20** Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.21** Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

**7.21.1** Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

**7.21.2** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

**7.21.3** Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

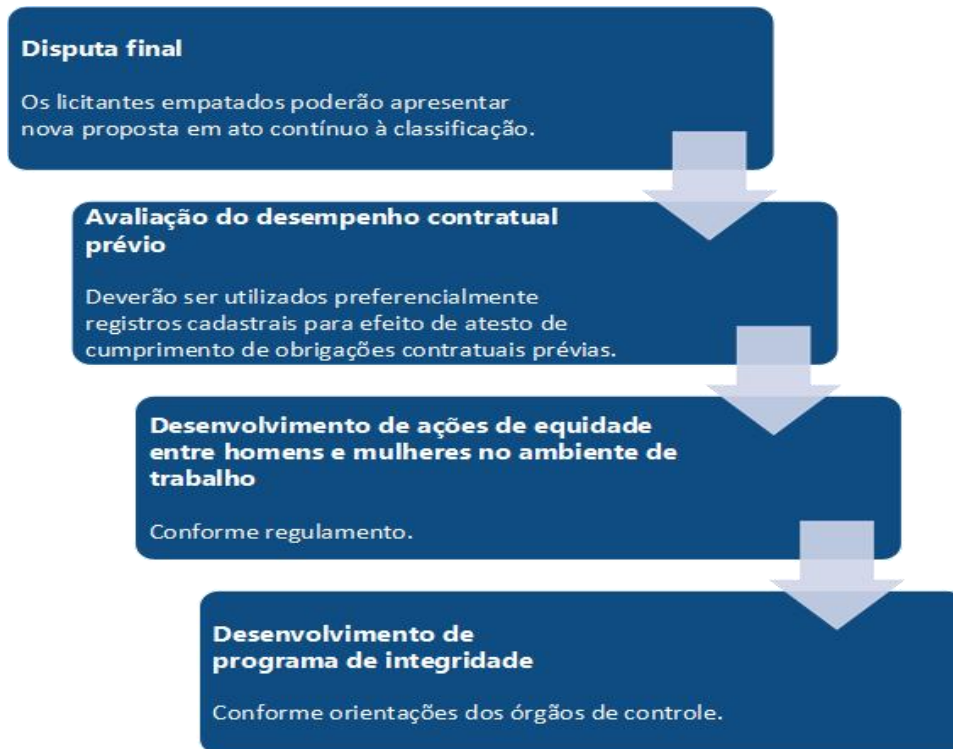
**7.21.4** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.

**7.22** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

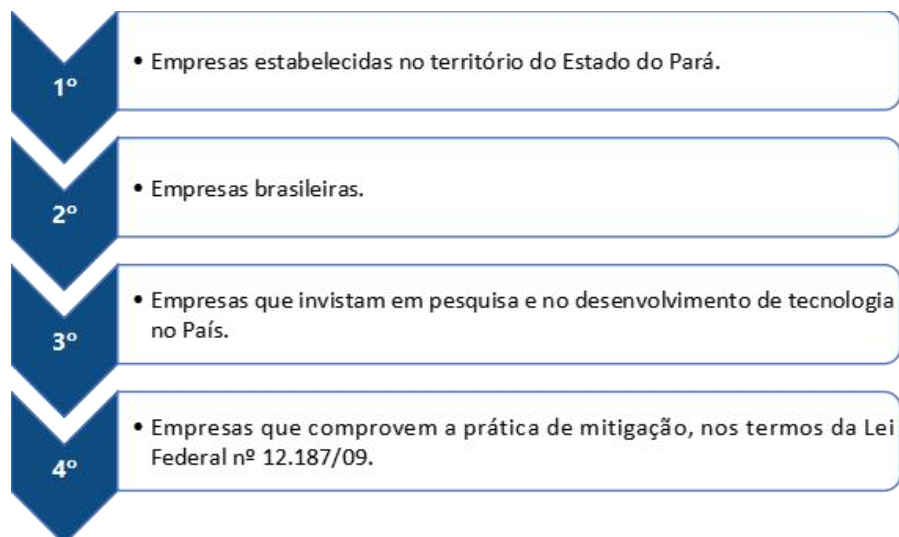
**7.23** Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



7.24 Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:



7.25. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata os itens 7.23 e 7.24, proceder-se-á o sorteio como critério de desempate no sistema Compras.gov.br, conforme Instrução Normativa nº 79, de 12 de setembro de 2024.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**7.26** Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o PREGOEIRO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

**7.27** Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

**7.28** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

**7.29** O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

**7.30** O PREGOEIRO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de **2 horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos de habilitação, exigidos neste Edital.

**7.31** É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

**7.32** Após a negociação do preço, o PREGOEIRO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **CLÁUSULA 8 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**8.1** Encerrada a negociação do preço, o PREGOEIRO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**8.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**8.3** Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o PREGOEIRO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento:

- a. A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;
- b. O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;
- c. Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado.

**8.4** O procedimento de habilitação será iniciado depois de constada a capacidade do LICITANTE participar.

**8.5** Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o PREGOEIRO verificará se ele faz *jus* ao benefício, em conformidade com este Edital.

**8.6** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**8.7** Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a. Contiver vícios que não possam ser sanados;
- b. Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;
- c. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- e. Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.

**8.8** É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o PREGOEIRO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

- a. Verificação se o custo do LICITANTE ultrapassa o valor da proposta; e
- b. Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**8.9** Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas **a** e **b** do item anterior autoriza a constatação da inexecutabilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

**8.10** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições dos [itens 8.8](#) e [8.9](#), a análise de executabilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- a.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- b.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- c.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- d.** Será exigida garantia adicional do LICITANTE vencedor cuja proposta for inferior a 85% do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**8.11** Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o LICITANTE poderá ser notificado para comprovar a executabilidade da proposta.

**8.12** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**8.13** Será solicitado a apresentação de amostra, para o licitante classificado em 1º lugar que deverá apresentá-la conforme o Termo de Referência, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período, contados da notificação por meio do Chat, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.14** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença é aberta a todos os LICITANTES e interessados.

**8.15** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**8.16** A proposta do LICITANTE será recusada nos seguintes casos:

- a.** Não entrega ou entrega atrasada da amostra, sem que tenha havido justificativa aceita pelo PREGOEIRO; ou
- b.** Entrega no prazo, mas fora das especificações previstas no TR.





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**8.17** Se a amostra apresentada pelo 1º classificado não for aceita, o PREGOEIRO analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo 2º classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no TR.

## **CLÁUSULA 9 -HABILITAÇÃO**

**9.1** Os documentos previstos no TR serão exigidos para habilitação do LICITANTE.

**9.2** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**9.3** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**9.4** Se o LICITANTE vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**9.5** Em caso de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**9.5.1** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o TR exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de percentual 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os LICITANTES individuais.

**9.6.** Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia enviada por meio eletrônico.

**9.7** Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

**9.8** Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

**9.9** Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**9.10** O LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

**9.11** A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

**9.11.1** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**9.11.2** Serão assegurados aos licitantes vista aos documentos do subitem anterior.

**9.12** A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo PREGOEIRO constitui prova para fins de habilitação.

**9.13** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **no mínimo, 2 horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do PREGOEIRO.

**9.14** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

**9.15** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

- a.** Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo LICITANTE e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e
- b.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**9.16** Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.17** Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no [item 9.14](#)

**9.18** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**9.19** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

**Habilitação jurídica**

**9.20** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**9.21** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.22** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**9.23** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.24** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**9.25** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.26** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**9.27** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**9.28** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**9.29** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**9.30** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**9.31** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**9.32** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**9.33** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estado relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**9.34** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**9.35** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**9.36** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

**9.37** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

**9.38** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

**9.39** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**9.39.1** índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Ge-ral (SG) superiores a 1 (um);

**9.39.2** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**9.39.3** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

**90.39.4** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**9.40** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valortotal estimado da contratação.

**9.41** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

### **Qualificação Técnica**

**9.42** Comprovação de Atestado de Capacidade Técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante prestado satisfatoriamente serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação.

**9.43** Para fins de aferimento da qualificação técnica, as empresas interessadas em participar do certame, deverão apresentar os Documentos técnicos **conforme especificações detalhadas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.**

### **CLÁUSULA 10 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**10.1** O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

**10.2** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**CLÁUSULA 11 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**11.1** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**11.2** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

**11.3** O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**11.4** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**11.4.1** Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, observada a classificação do certame, a fim de que se faça cumprir as disposições do Art.14 do Decreto Estadual Nº 3.371/2023.

**11.5** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP) será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial do Estado do Pará, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.

**11.6** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**11.7** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**11.8** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**11.9** Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, desde que obedecidas às disposições estabelecidas no Decreto Estadual nº 3.371/2023.

**11.10** O Cancelamento do Registro do Fornecedor e dos Preços Registrados observará as disposições estabelecidas nos artigos 24 e 25 do Decreto Estadual nº 3.371/2023, para que se efetive a previsão do inciso IX do Art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

**11.10.1.** O registro será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

- a) Descumprir condições da Ata de Registro de Preços (ARP) sem motivo justificado.
- b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração Pública estadual sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter o preço registrado, ou
- d) Sofrer sanção conforme art. 156, III ou IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**11.10.2** Em caso de sanção, o órgão gerenciador pode manter o registro, sem novas contratações enquanto durar a penalidade, mediante decisão fundamentada.

**11.10.3** O cancelamento será formalizado por despacho, com garantia do contraditório e ampla defesa.

**11.10.4** No caso de cancelamento, o órgão poderá convocar licitantes do cadastro de reserva, respeitando a ordem de classificação.

**11.10.5** O órgão gerenciador poderá cancelar os preços registrados, total ou parcialmente, se devidamente comprovado e justificado:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no art. 22 do Decreto Estadual nº 3.371/2023.

## **CLÁUSULA 12 - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**12.1** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**12.1.1** dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a ordem de classificação da licitação; e

**12.1.2** dos licitantes que mantiverem sua proposta original.





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**12.2** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**12.2.1** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**12.2.2** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**12.3** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**12.3.1** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**12.3.2** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 24 e 25 do Decreto Estadual n. 3.371/2023.

**12.4** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**12.4.1** Convocar para negociação os licitantes que mantiveram sua proposta original, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**12.4.2** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

### **CLÁUSULA 13 - DOS QUANTITATIVOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**13.1** A licitação terá como órgão gerenciador a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará e os órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços, estão respectivamente estabelecidos na seguinte tabela.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Item	Descrição	SEGUP	FESP	FISP	PC	PM	PCE	SEAP
1	Envelope plástico reutilizável modelo A - Tamanho 150 x 280 mm.	169.854	70.000	82.000	5.000	1.350	80.000	1.000
2	Envelope plástico reutilizável modelo B - Tamanho 265 x 380 mm.	163.074	70.000	76.000	10.000	570	80.000	6.000
3	Envelope plástico reutilizável modelo C - Tamanho 325 x 410 mm.	158.964	70.000	72.000	10.000	460	80.000	5.000
4	Envelope plástico reutilizável modelo D - Tamanho 565 x 745 mm.	134.864	70.000	68.000	5.000	360	60.000	1.000
5	Envelope plástico reutilizável modelo E - Tamanho 430 x 1310 mm.	149.844	70.000	63.000	5.000	340	80.000	1.000
6	Envelope plástico reutilizável modelo F - Tamanho 745 x 980 mm.	125.034	70.000	58.000	5.000	530	60.000	1.000
7	Lacre de polietileno (100% reciclável), descartável, dimensões mínimas de 400 mm X 50mm X 5mm X 2mm.	363.415	70.000	52.000	20.000	4.100	120.000	15.000

**CLÁUSULA 14 - DA ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO A SER CONTRATADO  
POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE**

**14.1** O quantitativo estimado que possa ser contratado pelos órgãos não participantes, em respeito à regra do art. 32, I e II do Decreto Estadual nº 3.371/2023, é o seguinte:

ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL A SER REGISTRADO	LIMITE DE ADESÃO POR CADA ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE	LIMITE TOTAL DE ADESÕES (Quíntuplo)
1	Envelope plástico reutilizável modelo A - Tamanho 150 x 280 mm.	409.204	204.602	2.046.020
2	Envelope plástico reutilizável modelo B - Tamanho 265 x 380 mm.	405.644	202.822	2.028.220
3	Envelope plástico reutilizável modelo C - Tamanho 325 x 410 mm.	396.424	198.212	1.982.120



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

4	Envelope plástico reutilizável modelo D - Tamanho 565 x 745 mm.	339.224	169.612	1.696.120
5	Envelope plástico reutilizável modelo E - Tamanho 430 x 1310 mm.	369.184	184.592	1.845.920
6	Envelope plástico reutilizável modelo F - Tamanho 745 x 980 mm.	319.564	159.782	1.597.820
7	Lacre de polietileno (100% reciclável), descartável, dimensões mínimas de 400 mm X 50mm X 5mm X 2mm.	644.515	322.258	3.222.575

**14.1.1. A possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos não participantes, justifica-se pelo fato da SEGUP/PA ser órgão competente para realizar Licitação na modalidade Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços e responsável por "promover a modernização tecnológica dos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, por meio da integração dos sistemas corporativos, de inovações tecnológicas, da padronização de equipamentos de telemática e comunicação, de veículos automotores, de aeronaves, armamento, uniformes, de proteção individual, entre outros;" conforme inciso VI do artigo 22 da lei 7.584/2011.**

**Portanto, visa auxiliar aos demais órgãos de segurança a ter acesso de forma mais célere aos equipamentos, tendo em vista que o objeto licitado trata-se de um produto utilizado pelos mesmos.**

**ADESÃO POR CADA ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE (CARONA)**

**14.2.** Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador por ofício ou e-mail ao endereço eletrônico **segupcpl@gmail.com** ao setor de Gerenciamento de Atas da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP/PA e respeitadas as condições e as regras estabelecidas no Decreto Estadual nº 3.371, de 29 de setembro de 2023 relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços, observados os seguintes requisitos:

**14.2.1.** Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**14.2.2.** Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

**14.2.3.** Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

**14.3.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**14.4.** Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

**14.5.** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

**14.6.** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 14.2.

## **CLÁUSULA 15 - RECURSOS**

**15.1** A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.

**15.2** O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

**15.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte:

- a.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; e
- b.** O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**15.4** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**15.5** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

- a. Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis; ou
- b. Encaminhar o recurso, no prazo de 3 dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidi-lo no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**15.6** Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

**15.7** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**15.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

**11.9** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.

**15.10** Os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal ComprasPará.

#### **CLÁUSULA 16 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**16.1** Constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com as seguintes sanções:



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Infração	Penalidade
<p>a. Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo PREGOEIRO durante o certame;</p> <p>b. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;</li> <li>2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;</li> <li>3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;</li> <li>4. Deixar de apresentar amostra;</li> <li>5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;</li> </ol> <p>c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p>	<p style="text-align: center;"><b>Multa</b></p> <p>0,5% a 15% do valor do contrato licitado.</p> <p style="text-align: center;"><i>e</i></p> <p style="text-align: center;"><b>Impedimento de licitar e contratar*</b></p> <p>* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “<i>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</i>”.</p>
<p>d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;</p> <p>e. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;</p> <p>f. Fraudar a licitação;</p> <p>g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Agir em conluio ou contra a lei;</li> <li>2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;</li> <li>3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;</li> </ol> <p>h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;</p> <p>i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Multa</b></p> <p>15% a 30% do valor do contrato licitado.</p> <p style="text-align: center;"><i>e</i></p> <p style="text-align: center;"><b>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</b></p>



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**16.2** As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do LICITANTE ou adjudicatário.

**16.3.** As sanções previstas no [item 16.1](#) não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

**16.4** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b. As peculiaridades do caso concreto.
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**16.5** A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**16.6** As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

**16.7** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

**16.8** A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

**16.9** A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

**16.10** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na [alínea c do item 12.1](#), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do PROMOTOR.

**16.11** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**16.12** Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:

- a. O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;
- b. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**16.13** Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá a pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

**16.14** O recurso a que se refere o [item 16.13](#) deverá ser decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.

**16.15** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

**16.16** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **CLÁUSULA 17 - IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**17.1** Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

**17.2** A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

**17.3** A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**17.4** A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, por meio do e-mail: [segupcpl@gmail.com](mailto:segupcpl@gmail.com)

**17.5** As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

**17.6** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**17.7** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Decreto. Estadual nº 2.940, de 2023.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

### **CLÁUSULA 18 - DO REAJUSTE DOS PREÇOS**

Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de 12 (doze) meses e serão realizados pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro índice oficial pertinente a natureza do objeto do contrato.

### **CLÁUSULA 19 - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**19.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações, conforme o art. 21 do Decreto Estadual nº 3.371 de 2023:

**19.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**19.1.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**19.1.3.** Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA 20 - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

A negociação se dará nas hipóteses que tratam os arts. 22 e 23 do Decreto estadual 3.371 de 2023.

### **CLÁUSULA 21 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

**21.1** A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

**21.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo PREGOEIRO.

**21.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

**21.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**21.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**21.6** Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**21.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

**21.8** Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**21.9** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**21.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.**

**21.11** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal ComprasPará.

**21.12** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II - Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO III – Modelo de Proposta

ANEXO IV - Modelo De Declaração de Sustentabilidade Ambiental

ANEXO V – Declaração de cumprimento do disposto no § 6º do art. 28º Constituição do Estado do Pará/Emenda Constitucional do Estado do Pará nº. 42/2008.

ANEXO VI – Minuta de Termo de Contrato

Belém, (PA), 04 de maio de 2026.

**Renan Henrique Nabor de Oliveira**  
**Secretário Adjunto de Gestão Administrativa - SEGUP/Pa**



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



#### TERMO DE REFERÊNCIA DE BENS COMUNS

PAE nº aaaa/nnnn

#### 1. O QUE SERÁ CONTRATADO?

LOTE 1						
Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd	Valor Unitário Estimado**	Total**
1	Envelope plástico reutilizável <b>modelo A</b> - Tamanho 150 x 280 mm. Envelope em filme plástico (100% reciclável) em polietileno coextrusado em três camadas, semirrígido, com superfície tratada para permitir escrita à caneta esferográfica, codificado e padronizado com a marca do <i>Órgão/Entidade participante</i> , com fechamento por duas linhas de furos paralelas entre si e a abertura do saco, de modo que o saco possa ser dobrado próximo a abertura, fazendo com que os furos das duas linhas paralelas se sobreponham e permitam a passagem do fio de selagem do lacre de forma a selar a abertura depois de apertado (tipo enforcamento). Tolerância de + 15mm nas medidas nominais.	218295-5	und		R\$ 1,71	
2	Envelope plástico reutilizável <b>modelo B</b> - Tamanho 265 x 380 mm. Envelope em filme plástico (100% reciclável) em polietileno coextrusado em três camadas, semirrígido, com superfície tratada para permitir escrita à caneta esferográfica, codificado e padronizado com a marca do	218298-0	und		R\$ 3,31	

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

	Órgão/Entidade participante, com fechamento por duas linhas de furos paralelas entre si e a abertura do saco, de modo que o saco possa ser dobrado próximo a abertura, fazendo com que os furos das duas linhas paralelas se sobreponham e permitam a passagem do fio de selagem do lacre de forma a selar a abertura depois de apertado (tipo enforcamento). Tolerância de + 15mm nas medidas nominais.					
3	Envelope plástico reutilizável <b>modelo C</b> - Tamanho 325 x 410 mm. Envelope em filme plástico (100% reciclável) em polietileno coextrusado em três camadas, semirrígido, com superfície tratada para permitir escrita à caneta esferográfica, codificado e padronizado com a marca do Órgão/Entidade participante, com fechamento por duas linhas de furos paralelas entre si e a abertura do saco, de modo que o saco possa ser dobrado próximo a abertura, fazendo com que os furos das duas linhas paralelas se sobreponham e permitam a passagem do fio de selagem do lacre de forma a selar a abertura depois de apertado (tipo enforcamento). Tolerância de + 15mm nas medidas nominais.	218296-3	und		R\$ 5,08	
4	Envelope plástico reutilizável <b>modelo D</b> - Tamanho 565 x 745 mm. Envelope em filme plástico (100% reciclável) em polietileno coextrusado em três camadas, semirrígido, com superfície tratada para permitir escrita à caneta esferográfica, codificado e	229984-4	und		R\$ 6,13	

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

	padronizado com a marca do <i>Órgão/Entidade participante</i> , com fechamento por duas linhas de furos paralelas entre si e a abertura do saco, de modo que o saco possa ser dobrado próximo a abertura, fazendo com que os furos das duas linhas paralelas se sobreponham e permitam a passagem do fio de selagem do lacre de forma a selar a abertura depois de apertado (tipo enforcamento). Tolerância de + 15mm nas medidas nominais.					
5	Envelope plástico reutilizável <b>modelo E</b> - Tamanho 430 x 1310 mm. Envelope em filme plástico (100% reciclável) em polietileno coextrusado em três camadas, semirrígido, com superfície tratada para permitir escrita à caneta esferográfica, codificado e padronizado com a marca da <i>Órgão/Entidade participante</i> , com fechamento por duas linhas de furos paralelas entre si e a abertura do saco, de modo que o saco possa ser dobrado próximo a abertura, fazendo com que os furos das duas linhas paralelas se sobreponham e permitam a passagem do fio de selagem do lacre de forma a selar a abertura depois de apertado (tipo enforcamento). Tolerância de + 15mm nas medidas nominais.	229987-9	und		R\$ 10,73	
6	Envelope plástico reutilizável <b>modelo F</b> - Tamanho 745 x 980 mm. Envelope em filme plástico (100% reciclável) em polietileno coextrusado em três camadas, semirrígido, com superfície tratada para permitir escrita à caneta	229985-2	und		R\$ 8,70	

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

	esferográfica, codificado e padronizado com a marca do Órgão/Entidade participante, com fechamento por duas linhas de furos paralelas entre si e a abertura do saco, de modo que o saco possa ser dobrado próximo a abertura, fazendo com que os furos das duas linhas paralelas se sobreponham e permitam a passagem do fio de selagem do lacre de forma a selar a abertura depois de apertado (tipo enforcamento). Tolerância de + 15mm nas medidas nominais.					
7	<b>Lacre</b> de polietileno (100% reciclável), descartável, dimensões mínimas de 320 mm X 50mm X 35mm X 5mm x 2mm (comprimento do cabo x comprimento do corpo (plaqueta) x largura do corpo x largura do cabo x espessura do cabo), com plaqueta (corpo do lacre), contendo numeração conforme especificação abaixo, personalização e código de barras fundidos ao lacre no momento da gravação/injeção através da tecnologia IML TRANSFER. Inviolável, autoclavável, com trava por clip metálico, resistente à tração superior a 30Kg.	216825-1	und		R\$ 2,22	
<b>VALOR GLOBAL ESTIMADO**</b>					<b>R\$</b>	

\*\* O valor estimado está previsto no estudo técnico preliminar, mas ele pode ser sigiloso. Caso seja sigiloso, no campo "O orçamento estimado é sigiloso?" deverá ser preenchida a justificativa.

**1.1. As especificações técnicas dos itens mencionados acima estão descritas abaixo e arte do produto encontram-se no Apêndice B, Apêndice C e Apêndice D deste Termo de Referência.**

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



## ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS TÉCNICAS DOS MATERIAIS

### 1.2. ENVELOPES DE SEGURANÇA (Itens 01 a 06 da Cláusula 1. Descrição dos Materiais)

#### 1.2.1. Dimensões do Envelope

ITEM	MODELO	DIMENSÕES	QUANTIDADE (Unidades)
01	A	150 x 280 mm	Conforme descrito acima
02	B	265 x 380 mm	Conforme descrito acima
03	C	325 x 410 mm	Conforme descrito acima
04	D	565 x 745 mm	Conforme descrito acima
05	E	430 x 1310 mm	Conforme descrito acima
06	F	745 x 980 mm	Conforme descrito acima

#### 1.2.2. Características Gerais

- 1.2.2.1. Saco em filme de polietileno coextrusado de três camadas, semirrígido, transparente, de acordo com as características que seguem.
- 1.2.2.2. Fechamento por duas linhas de furos paralelas entre si e a abertura do saco, de modo que o saco possa ser dobrado próximo a abertura, fazendo com que os furos das duas linhas paralelas se sobreponham e permitam a passagem do fio de selagem do lacre de forma a selar a abertura depois de apertado (tipo reforçamento)

#### 1.2.3. Características do Filme

- 1.2.3.1. Filme termoplástico de polietileno coextrusado de três camadas constituídas de polietileno de alta densidade, linear de baixa densidade e de baixa densidade, semirrígido.
- 1.2.3.2. **Cor do filme:** Transparente de forma a permitir a visualização do conteúdo.
- 1.2.3.3. **Densidade média:**  $0,98 \pm 0,02 \text{ g/cm}^3$  (atendido o peso mínimo do envelope).
- 1.2.3.4. **Espessura (por parede):** mínima 0,075mm e máxima 0,100mm.
- 1.2.3.5. **Rigidez:** Alta, adequada ao tratamento automático e ao manuseio.
- 1.2.3.6. **Acabamento superficial:** Baixo brilho.

#### 1.2.4. Codificação

- 1.2.4.1. 12 (doze) caracteres alfanuméricos, gravados de forma indelével, sem repetição, sendo os 02 (dois) primeiros caracteres as letras do órgão integrante do SIEDS, seguido de 01 (um) caractere referente ao modelo da embalagem, 02 (dois)

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

caracteres referentes aos dois últimos números do ano de fabricação e de 07 (sete) caracteres numéricos aleatórios, impressos na cor preta. Cada caractere deverá apresentar tamanho mínimo de 1,00mm (um milímetro) de largura por 2,00mm (dois milímetros) de altura. A codificação alfanumérica também deverá ser impressa em código de barras (128C) correspondente, posicionado diretamente acima da mesma.

Ex: PEA250000001, ou PEB250000001, ou PEC250000001 ...

PE	A	25	0000001
codificação	modelo	ano	aleatório

- 1.2.4.2.** Os caracteres referentes às letras do órgão integrante do SIEDS são definidos da seguinte forma:

Órgão	Codificação
Polícia Civil	PC
Polícia Militar	PM
Polícia Científica	PE
Corpo de Bombeiro Militar	BM
SEAP	PP
Detran	DE

- 1.2.4.3.** Os caracteres referentes ao modelo de embalagem deverão ser definidos a partir das primeiras letras do alfabeto, de forma crescente, diferenciando o modelo e dimensões, como exemplificado a seguir: modelo A, modelo B, modelo C, etc. Exemplo:

PCA250000001 (Polícia Civil, modelo A, ano de fabricação 2025);  
PMD250000001 (Polícia Militar, modelo D, ano de fabricação 2025);  
PEB250000001 (Polícia Científica, modelo B, ano de fabricação 2025).

**1.2.5. Impressão**

- 1.2.5.1. Acabamento superficial:** Baixo brilho, de forma a não dificultar a leitura do texto do envelope devido à incidência de luz.
- 1.2.5.2. Anverso:** Brasão de cada Órgão/Entidade participante, Logomarca da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Pará, texto, campos e traços, conforme a configuração da arte constante no APÊNDICE B.
- 1.2.5.3. Tinta fosca:** Nos campos de preenchimento de dados deverá ser aplicada tinta fosca branca de excelente qualidade, impregnada com sílica e com concentração baixa de verniz para rápida absorção, que permita a escrita com caneta esferográfica sem

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

formar borrões, para garantir perfeita legibilidade. A tinta deverá ser garantida contra apagamento de dados.

- 1.2.5.4. **Cor:** A cor da tinta utilizada nos campos de dados poderá ser branca ou cinza pálido, de modo que não prejudique o entendimento da impressão.
- 1.2.5.5. **Nome do fabricante/fornecedor:** Deverá ser impresso no local indicado na arte, nome fantasia ou logomarca.
- 1.2.5.6. **Mês/Ano de fornecimento:** Deverá ser impresso no local indicado na arte, o mês e o ano da fabricação, no seguinte formato: (01/25).

1.2.6. **Fechamento de construção**

- 1.2.6.1. **Tipo:** Através de soldagem tipo beira lateral de forma a atestar se houve violação. O processo de soldagem deverá garantir a qualidade e segurança do fechamento, caracterizando qualquer tentativa de violação pela solda.
- 1.2.6.2. **Largura da faixa de solda:**
  - 1.2.6.2.1. **Tipo Beira Lateral:** 3,00mm  $\pm$  2,00mm
  - 1.2.6.2.2. **Faixa de segurança:** Gravação de faixa de segurança por compressão com a sigla do Órgão/Entidade participante, ao longo das faixas de solda, apenas no anverso, de modo a caracterizar qualquer tentativa de violação da solda.

1.2.7. **Características complementares**

- 1.2.7.1. **Filme:** Será isento de dobras, rugas, furos, bolhas e/ou quaisquer outros defeitos que prejudiquem sua aparência ou tornem imprópria sua utilização.
- 1.2.7.2. **Impressão:** Deverá apresentar fidelidade com as artes, uniformidade de nuance de cor e ser isenta de falhas, manchas e/ou outros defeitos que prejudiquem a utilização e apresentação do envelope.

1.2.8. **Embalagem**

- 1.2.8.1. **Embalagem Básica:** Pacote\* em filme plástico, que garanta a integridade dos envelopes durante o manuseio, transporte e armazenagem, contendo 40 (quarenta) sacos plásticos.
- 1.2.8.2. **Embalagem de Despacho:** Caixa\* de papelão ondulado de parede dupla, contendo:
  - Modelo A** - 25 pacotes com 40 unidades totalizando 1.000 envelopes por caixa;
  - Modelo B** - 25 pacotes com 40 unidades totalizando 1.000 envelopes por caixa;
  - Modelo C** - 25 pacotes com 40 unidades totalizando 1.000 envelopes por caixa;
  - Modelo D** - 10 pacotes com 40 unidades totalizando 400 envelopes por caixa;
  - Modelo E** - 10 pacotes com 40 unidades totalizando 400 envelopes por caixa.
  - Modelo F** - 25 pacotes com 40 unidades totalizando 1.000 envelopes por caixa.

---

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

*\*Sujeito à alteração das quantidades por caixa, conforme fabricante.*

**1.2.9. Rotulagem**

**1.2.9.1. Embalagem básica:** Os pacotes deverão ser rotulados com as seguintes indicações:

- Nome padronizado do produto;
- Código do produto, quando houver;
- Quantidade de sacos plásticos acondicionados.

**1.2.9.2. Embalagem de Despacho:** As caixas deverão ser rotuladas com as seguintes informações:

- Nome e endereço do contratante;
- Número Empenho/Pedido;
- Nome do produto;
- Código do produto, quando houver;
- Quantidade de envelopes acondicionados;
- Número da caixa (ex: 1/-5; 05/05);
- Mês/Ano de fabricação.

**1.2.10. Arte final:** Vide Apêndice B deste Termo de Referência

**1.3. LACRE (SELO) DE SEGURANÇA**

**1.3.1. Descrição do item**

ITEM	DIMENSÕES	QUANTIDADE (Unidades)
07	Dimensões mínimas de 320 mm X 50mm X 35mm X 5mm x 2mm (comprimento do cabo x comprimento do corpo (plaqueta) x largura do corpo x largura do cabo x espessura do cabo).	Conforme descrito a acima

**1.3.2. Características Gerais**

**1.3.2.1.** Lacre plástico tipo cinta, numerado, para ser utilizado na lacração de sacos em filme plástico semirrígido, com fechamento por duas linhas de furos entre si e a abertura do saco, de modo que o saco possa ser dobrado próximo a abertura, fazendo com que os furos das duas linhas paralelas se sobreponham permitam a passagem do fio de selagem do lacre de forma a selar a abertura depois de apertado (tipo enforcamento).

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**1.3.3. Características do Lacre**

- 1.3.3.1.** O lacre deve ser de fácil manuseio, envolvendo no máximo três etapas para o fechamento.
- 1.3.3.2.** Não reutilizável.
- 1.3.3.3.** Auto-lacrável, ou seja, deverá possuir todos os dispositivos necessários para envolver, fechar e lacrar um saco plástico dotado de furos, sem o auxílio de ferramentas, de forma que sua violação inutilize o lacre.
- 1.3.3.4.** Deverá possuir dispositivo que impeça a introdução e garanta o travamento.
- 1.3.3.5.** **Comprimento do cabo:** mínimo de 320,00mm
- 1.3.3.6.** Resistência a tração superior a 30kgf
- 1.3.3.7.** O cabo do lacre deverá ser fabricado em polietileno, de espessura de 2,00mm (ocupando pelo menos 50% da largura) e largura de 5,00mm, de modo a conferir excelente resistência e proteção contra tentativas de fraude/violação.
- 1.3.3.8.** O lacre deverá ser dotado de dispositivo de trava, contendo, em seu interior, clip metálico dentado que possibilite a resistência especificada e impeça a reutilização do produto.
- 1.3.3.9.** O lacre deverá possuir resistência ao fechamento de no máximo 2,5kgf.
- 1.3.3.10.** O corpo do lacre deverá ser fabricado no mesmo material do cabo (polietileno) e deverá possuir dimensões mínimas de 50,00 mm x 35,00mm x 1,00 mm (comprimento do corpo (plaqueta) x largura do corpo x espessura do corpo), formando uma plaqueta, a qual deverá apresentar fundo branco e contraste para leitura do código de barras, não removível sem deixar indícios de violação, contendo gravação numérica e personalização fundidos ao lacre na cor preta, sem repetição.
- 1.3.3.11.** O lado correto para passagem do elemento de fixação deverá ser adequadamente sinalizado, com a gravação de uma seta indicativa ou da palavra ENTRADA.
- 1.3.3.12.** A violação do selo deverá deixar obrigatoriamente vestígios aparentes.
- 1.3.3.13.** O selo deverá ser resistente à quebra por impacto (não ser quebradiço).
- 1.3.3.14.** **Personalização:** Brasão a ser fornecido pela Órgão/Entidade participante.

**1.3.4. Codificação**

- 1.3.4.1.** Sequência alfanumérica com 10 (dez) caracteres alfanuméricos, gravados de forma indelével, sem repetição, sendo o primeiro caractere 01 (uma) letra que identificará o órgão integrante do SIEDS, seguido de 02 (dois) caracteres referentes aos dois últimos números do ano de fabricação do lacre e de 07 (sete) caracteres numéricos aleatórios, impressos na cor preta.
- 1.3.4.2.** Cada caractere deverá apresentar altura mínima de 3,00mm (três milímetros), e o comprimento total do código de, pelo menos, 15,00mm (quinze milímetros) de

---

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

comprimento.

- 1.3.4.3.** A sequência alfanumérica deverá ser impressa em código de barras 128C correspondente, posicionado acima da mesma, em gravação/injeção através da tecnologia IML TRANSFER.
- 1.3.4.4.** Os caracteres referentes às letras do órgão integrante do SIEDS e as cores do lacre são definidos da seguinte forma:

Órgão	Código	Cor
Polícia Civil	Z	PRETA
Polícia Militar	X	AZUL
Polícia Científica	Y	BRANCO
Corpo de Bombeiro Militar	W	VERMELHO
SEAP	V	CINZA
Detran	T	AMARELO

Exemplo:

Z250000001 (Polícia Civil, ano de fabricação 2025);

X250000001 (Polícia Militar, ano de fabricação 2025);

Y250000001 (Polícia Científica, ano de fabricação 2025).

**1.3.5. Embalagem**

- 1.3.5.1. Embalagem Básica:** Fornecidos em cartelas interligadas para facilitar o manuseio, inseridas em saco plástico, que garanta a integridade dos lacres durante o manuseio, transporte e armazenagem, contendo 100 (cem) lacres. Cada saco deverá conter folha de instruções de fechamento, abertura e verificação de violação.

- 1.3.5.2. Embalagem de Despacho:** Caixa de papelão ondulado de parede dupla, contendo 20 (vinte) embalagens básicas, totalizando 2.000 (duas mil) unidades por caixa.

*\*Sujeito à alteração das quantidades por caixa, conforme fabricante.*

**1.3.6. Rotulagem**

- 1.3.6.1. Embalagem básica:** Os sacos deverão ser rotulados com as seguintes indicações:

- Nome padronizado do produto;
- Código do produto, quando houver;
- Quantidade de lacres acondicionados.

- 1.3.6.2. Embalagem de Despacho:** As caixas deverão ser rotuladas com as seguintes informações:

- Nome e endereço do contratante;
- Número Empenho/Pedido;

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

- Nome do produto;
- Código do produto, quando houver;
- Quantidade de envelopes acondicionados;
- Número da caixa (ex: 1/-5; 05/05);
- Mês/Ano de fabricação.

**1.3.7. Arte final:** Vide Apêndice C deste Termo de Referência

**1.4. AVALIAÇÃO DA ARTE FINAL:** A empresa vencedora deverá, antes da confecção dos lotes, apresentar protótipo do material cotado para avaliação da arte final e adequação ao projeto inicial perante a Direção de cada órgão/entidade participante.

**1.5.** A Relação de órgão/entidade participante com a respectiva estimativa de demanda está no Apêndice A deste Termo de Referência.

**1.6. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no "Compras.gov.br" e as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e anexos, o licitante deverá obedecer a este último.**

## 2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

### 2.1. QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?

- 2.1.1.** Conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar, a **contratação de empresa especializada para Fornecimento contínuo de Envelopes e Lacres de segurança, a fim de atender às necessidades dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP/PA), no tocante à cadeia de custódia** é imprescindível para manter a integridade, inviolabilidade e confiabilidade da prova material durante as etapas da cadeia de custódia, em atendimento ao que dispõe o Código de Processo Penal.
- 2.1.2.** Neste sentido, o presente processo justifica-se em razão de prover os órgãos e entidades adquirentes de um certame amplo e competitivo que agregue maior conveniência e oportunidades de preços e condições contratuais aos interessados.

## 3. NATUREZA DO BEM

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

☒ Comum.

☐ Especial.

O fornecimento é enquadrado como de natureza continuada tendo em vista a permanência da necessidade pública a ser satisfeita, ocorrendo a sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração.

#### 4. PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO BEM

##### 4.1. HAVERÁ PROVA DE QUALIDADE?

☒ Não.

☐ Sim. **Justificativa:**

##### 4.2. O EDITAL EXIGIRÁ AMOSTRA?

☐ Não.

☒ Sim. **Justificativa:** (A exigência de amostra deve ser justificada).

**4.2.1.** O Agente de contratação poderá solicitar o envio da amostra (catálogo, Ficha técnica e/ou folder dos produtos), ao licitante, provisoriamente classificado em primeiro lugar (e seguindo ordem de classificação) que deverá apresentar uma amostra de cada item para aferição de compatibilidade, considerando que a verificação dos itens tem como objetivo garantir a qualidade dos produtos verificando as especificações e parâmetros direcionado na descrição dos produtos.

**4.2.2.** As amostras solicitadas deverão ser entregues no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período, contados da notificação por meio do Chat, sob pena de desclassificação da proposta comercial apresentada, caso não sejam entregues no prazo estipulado, sendo convocada a licitante remanescente na ordem de classificação para apresentação da (s) amostra (s).

**4.2.3.** As amostras dos produtos solicitados serão analisadas pela equipe técnica, no endereço Avenida Mangueirão, nº 174 – Mangueirão, Belém – PA – CEP: 66640-480, do horário de 8h00m às 14h00m, para fins de aprovação dos produtos.

**4.2.4.** Quando se fizer necessário, a equipe técnica poderá fazer uso do produto a ser analisado, sem ônus para administração pública.

**4.2.5.** Caso sejam aprovadas, as amostras serão retidas para conferência do recebimento por comparação, e serão descontados da quantidade total da primeira ordem de fornecimento. Se for solicitado as amostras para o primeiro classificado e não forem

---

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

aceitáveis, o Agente de contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste instrumento.

**4.3. HAVERÁ GARANTIA DO BEM?**

☐ Não.

☒ Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado deverá prestargarantia dos bens indicados para todos itens por, no mínimo, **90** (noventa) dias, a partir do seu recebimento pela contratante.

**4.4. HAVERÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA?**

☐ Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado prestará assistência técnica em relação aos bens indicados nos itens **X** e **Y**, durante **N** meses, a partir do seu recebimento pela contratante, *por meio de empresa credenciada contratada por ele, sem custo para a administração pública.*

☐ Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado prestará assistência técnica em relação aos bens indicados nos itens **X** e **Y**, durante **N** meses, a partir do seu recebimento pela contratante, *por meios próprios, sem custo para a administração pública.*

☐ Não será prestada assistência técnica em relação aos itens **X** e **Y**.

☒ Não se aplica ao objeto deste termo de referência.

**5. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO**

**5.1. FORMA DE CONTRATAÇÃO**

☐ **Inexigibilidade** de licitação, com fundamento no art. 74, **Y**, da Lei Federal nº 14.133/21.

☐ **Dispensa** de licitação em razão do **valor\***, com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21.

\* Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica.

☐ **Dispensa** de licitação, com fundamento no art. 75, **Y**, da Lei Federal nº 14.133/21.

☒ **Pregão eletrônico.**

**5.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

☒ Menor preço.

---

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

☐ Maior desconto.

**5.3. O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?**

☒ Não

☐ Sim. **Justificativa:** (Indicar o motivo da escolha do orçamento sigiloso para contratação).

**5.4. CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA**

**5.4.1.** A proposta deve observar os **valores unitários e global máximos** aceitáveis conforme planilha de composição de preços do orçamento estimado\*.

*\* Se o orçamento estimado for sigiloso, o licitante não saberá os valores unitários e global máximos, razão pela qual o critério de aceitabilidade do preço também será considerado "sigiloso" para todos os fins.*

**DA EXIGIBILIDADE DE CATÁLOGO**

**5.4.2.** Na presente licitação será exigido, juntamente com a Proposta Comercial do licitante, a apresentação de CATÁLOGO TÉCNICO, FOLHETOS TÉCNICOS, ENCARTES e/ou FOLDERS dos produtos ofertados, onde constem a descrição do bem, arte (nos moldes do APÊNDICE B e APÊNDICE C, as especificações técnicas, a composição, forma de fabricação, o material, bem como outras especificações técnicas que detalham o objeto ofertado.

**5.4.2.1.** A não apresentação dos documentos técnicos identificados no item anterior, culminará na desclassificação do licitante no certame licitatório, considerando que são essenciais para verificação da conformidade da especificação técnica.

**5.5. HÁ ITENS COMPARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE?**

☐ Sim. **Indicar os itens:** (Indicar os itens).

☒ Não.

**6. REQUISITOS DA CONTRATADA**

**6.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos, no contrato e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**6.1.1.** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo

---

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade do produto;

- 6.1.2. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 6.1.3. comunicar à contratante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- 6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 6.1.7. responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeições, vales-transportes, fretes e outras que porventura venha a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
- 6.1.8. respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da contratante para a execução do contrato;
- 6.1.9. responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens da contratante, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela contratante;
- 6.1.10. todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a contratante
- 6.1.11. todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a entrega do material objeto deste certame, ainda que acontecido em dependência da contratante.

---

**Polícia Científica do Pará** | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**6.2. SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?**

☐ Não.

☒ Sim. **Qual?** (Especificar a exigência)

**6.2.1.** Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos do art. 36 e seguintes do Decreto Estadual nº 2.940/2023 e do arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/21.

**Por quê?** (A exigência de habilitação técnica deve ser justificada).

**6.2.2.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, será substituída pela Declaração emitida pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), nos termos do §1º, do art. 36 do Decreto Estadual nº 2.940/2023.

**6.2.3.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) serão enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo agente de contratação ou comissão de contratação, quando o substituir, até a conclusão da fase de habilitação, nos termos do §1º, do art. 39, do Decreto Estadual nº 2.940/2023.

**6.2.4.** Não obstante a comprovação da habilitação por meio do SICAF, conforme acima descrito, para fins de comprovação da *habilitação técnica* a empresa deverá ainda apresentar, conforme documentações abaixo.

**6.3. QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS**

**6.3.1.** Atestado de capacidade, relativo à qualificação técnico-operacional.

**6.3.1.1.** Comprovação de aptidão em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**6.3.1.2.** Os atestados deverão referir-se ao objeto desta licitação no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente

**6.3.1.3.** Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

---

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**6.3.1.4.** Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um 1 (ano) do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 8.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

**6.3.1.5.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, nota fiscal, com endereço atual da contratante e local em que foram prestados os objetos desta licitação, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

**6.3.1.6.** Não serão considerados os atestados emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, entendendo-se estas como aquelas que sejam controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que possua ao menos uma pessoa física ou jurídica que seja sócio desta. E também não serão admitidos atestados emitidos pelo próprio licitante em seu nome.

**6.4. HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?**

☐ Não.

☒ Sim. **Especificar:** *(Indicar o critério).*

☐ Não foram adotados critérios de sustentabilidade, conforme fundamentação técnica e mercadológica em anexo.

☒ Utilização de bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e biodegradável, conforme as normas técnicas aplicáveis.

☒ Não utilização de bens e produtos com substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances) e outras diretivas similares, tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente [Cr(VI)], cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBB's) e éteres difenil-polibromados (PBDE's).

☐ Atendimento aos requisitos ambientais para a obtenção de certificação pelos órgãos competentes como produtos sustentáveis e/ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

☐ Utilização, preferencial, de embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

☐ Maior ciclo de vida e menor custo de manutenção do bem.

☐ Outro. Especificar:

---

**Polícia Científica do Pará** | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**6.5. HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA E/OU CONTRATANTE?**

☐ Não.

☒ Sim. **Especificar:** (Somente é possível definir os riscos se a análise de risco tiver sido realizada. Nessa hipótese, os riscos devem ser especificados neste campo).

**RISCO 01:** Não aquisição do produto demandado.

**RISCO 02:** Especificação insuficiente dos produtos.

**RISCO 03:** Estimativas de quantidades inadequadas dos produtos.

**RISCO 04:** Produto entregue com atraso ou não correspondendo a aquisição.

**RISCO 05:** Interrupção da aquisição por abandono da contratada.

**RISCO 06:** Não haver disponibilidade orçamentária.

**RISCO 07:** Atraso na conclusão da licitação/contratação.

**RISCO 08:** Recursos administrativos procedentes.

**RISCO 09:** Processo de contratação fracassada.

**7. FORMA DE ENTREGA DO BEM**

**7.1. COMO O BEM DEVE SER ENTREGUE?**

**7.1.1.** O bem deve ser entregue conforme a seguir:

☒ O bem deve ser entregue em parcelado, conforme demanda do órgão/entidade, sendo que as entregas deverão ocorrer em até **30** dias corridos, a contar da formalização do envio da nota de empenho, dentro do prazo de vigência contratual, mediante seu aviso com **10** dias corridos de antecedência.

**7.1.2.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**7.1.3.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da

---

**Polícia Científica do Pará** | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

aplicação das penalidades.

- 7.1.4.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.1.5.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.1.6.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.2. LOCAL E HORA DA ENTREGA DO BEM**

- 7.2.1.** Os materiais deverão ser entregues nos endereços estipulados pelas unidades do órgão/entidade contratante, em conformidade com os quantitativos estabelecidos no Quadro de Demanda.
- 7.2.2.** Os materiais deverão ser entregues em horário comercial, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 14h00min, salvo horários e dias alternativos estabelecidos pelo órgão/entidade contratante e anuído pelo fornecedor.
- 7.2.3.** O órgão/entidade contratante poderá, a seu critério, estabelecer um único centro de recepção do material, ou diferentes unidades de recebimento, cabendo-lhe indicá-lo(s) no Quadro de Demanda.

**8. PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO**

**8.1. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços originária deste Pregão, bem como dos contratos advindos da Ata, será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogável em conformidade com as disposições legais vigentes.

**8.2. PRAZO DO CONTRATO**

- ☐ 30 dias (pronta entrega).
- ☒ 12 meses.

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**8.3. HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?**

☒ Sim, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

☐ Não.

**8.4. HAVERÁ POSSIBILIDADE DE REAJUSTE CONTRATUAL?**

☐ Não.

☒ Sim. Dentro do prazo de vigência do contrato e, mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 1 (um) ano, aplicando-se o Índice Nacional de preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**8.5. FORMA DE PAGAMENTO**

<b>Meio</b>	Ordem bancária.
<b>Onde?</b>	O pagamento será creditado, <u>preferencialmente</u> mediante crédito em Conta Corrente da contratada no Banco do Estado do Pará.
<b>Qual o prazo?</b>	Até <b>30 (trinta)</b> dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.
<b>Prova da regularidade fiscal</b>	A regularidade fiscal pode ser provada:  1. Por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante.  Ou  2. Pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.

**8.5.1.** A nota fiscal/fatura emitida, e demais certidões fiscais, cópia da nota de empenho e cópia da ordem de serviço referente ao mês prestado deverão ser entregues ao protocolo do órgão/entidade pela contratada, com a discriminação do serviço prestado, juntamente com o Termo de Recebimento Definitivo, se for o caso, a nota fiscal será atestada e encaminhada ao departamento de contabilidade para fins de liquidação.

**8.5.2.** O pagamento será creditado, preferencialmente, em favor do Contratado por meio de

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

ordem bancária em conta do BANPARÁ, devendo para isto ficar explicitado na nota fiscal/fatura o nome/número da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito em conformidade com o art. 2º do Decreto Estadual nº 877, de 31.03.2008, após a aceitação dos materiais.

**8.5.3.** Caso se faça necessária a representação de qualquer nota fiscal/fatura, por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias corridos reiniciar-se-á a contar da respectiva reapresentação.

**8.5.4.** Na emissão da Nota Fiscal a empresa é obrigada a informar detalhes impressos no documento tais como: validade e número de lote de cada item(ns).

**8.5.5.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

**8.5.6.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**8.5.7.** Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

**8.5.8.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, a que se refere este Termo.

**8.5.9.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de créditos.

**8.5.10.** Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à

---

**Polícia Científica do Pará** | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

**8.5.11.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

**8.5.12.** Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do Contratante.

**8.5.13.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**8.5.14.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### 8.6. QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?

☒ Não há.

**Justificativa:** Por ser uma compra de materiais de bens comuns, conforme descritos neste TR, não havendo a necessidade de garantia uma vez que o objeto será cumprido ao longo do contrato.

☐ X% do valor inicial do contrato

**Justificativa:** (O percentual somente pode ser superior a 5% mediante justificativa na complexidade técnica ou nos riscos envolvidos, não podendo ser superior a 10%).

### 9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**9.1.** Constituem infrações administrativas do CONTRATADO a serem punidas com as seguintes sanções:

---

**Polícia Científica do Pará** | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Infração	Penalidade
	<b>Advertência*</b>
a. Dar causa à inexecução parcial do contrato.	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de "Impedimento de licitar e contratar".
b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	<b>Impedimento de licitar e contratar*</b>
c. Dar causa à inexecução total do contrato.	
d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.	
e. Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	
f. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.	
g. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.	<b>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</b>
h. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.	
i. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	
j. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.	
k. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.	
9.2. O atraso superior a <b>30 dias corridos</b> autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/21.	

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

- 9.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.
- 9.4. As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:
- 9.4.1. **Multa Moratória**
- a) **0,5%** (cinco décimos por cento) sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de **30 dias corridos**.
  - b) **0,5%** (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado até o limite de **30 dias corridos** pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- 9.4.2. **Multa Compensatória**
- a) **5%** (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto.
- 9.5. Antes da aplicação das sanções, o CONTRATADO será notificado para apresentar defesa no prazo de **15 dias úteis**, contado de sua intimação.
- 9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao CONTRATADO, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.
- 9.7. Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.
- 9.8. A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o *rito especial* previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.9. A aplicação das sanções deve observar:
- a. A natureza e gravidade da infração.
  - b. As peculiaridades do caso.
  - c. As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
  - d. Os danos causados ao CONTRATANTE.

---

**Polícia Científica do Pará** | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

- e. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**9.10.** As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.

**9.11.** A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**9.12.** No prazo de **15 dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**9.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

## 10. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

### 10.1. DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO

A dotação orçamentária para custeio das despesas referente aos contratos originários deste TR será informada pelo setor competente para disponibilidade orçamentária.

Belém (PA), data da assinatura digital.

Responsável pela elaboração:

Documento assinado digitalmente  
**gov.br**  
EDILSON TEIXEIRA DE CAMPOS JUNIOR  
Data: 03/02/2026 12:51:43-0300  
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

**EDILSON TEIXEIRA DE CAMPOS JUNIOR**  
Perito Criminal – MF: 5129516/1 Polícia Científica do Pará

**Polícia Científica do Pará** | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**APÊNDICE A – RELAÇÃO E DEMANDA DOS ORGÃOS PARTICIPANTES**

Órgão	Sigla	Codificação
Polícia Civil do Estado do Pará	PCPA	PC
Polícia Militar do Estado do Pará	PMPA	PM
Polícia Científica do Pará	PCIPA	PE
Corpo de Bombeiros Militar do Pará	CBMPA	BM
Secretaria de Estado de Administração Penitenciária	SEAPPA	PP
Departamento de Trânsito do Estado do Pará	DETRANPA	DE

Item	Descrição	PC	PM	PE	BM	PP	DE	Qtd total
1	Envelope plástico reutilizável <b>modelo A</b> - Tamanho 150 x 280 mm.			80000				
2	Envelope plástico reutilizável <b>modelo B</b> - Tamanho 265 x 380 mm.			80000				
3	Envelope plástico reutilizável <b>modelo C</b> - Tamanho 325 x 410 mm.			80000				
4	Envelope plástico reutilizável <b>modelo D</b> - Tamanho 565 x 745 mm.			60000				
5	Envelope plástico reutilizável <b>modelo E</b> - Tamanho 430 x 1310 mm.			80000				
6	Envelope plástico reutilizável <b>modelo F</b> - Tamanho 745 x 980 mm.			60000				

**Polícia Científica do Pará** | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

7	Lacre de polietileno (100% reciclável)			120000				
---	----------------------------------------	--	--	--------	--	--	--	--

**Polícia Científica do Pará** | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**APÊNDICE B – MODELO DE ARTE FINAL: Envelope**

**VERSO**

<b>ARQUIVAMENTO</b> (Use Exclusivo das Unidades de Custódia):			
Nº de identificação do Vestígio:		Perito Responsável (Nome/Matrícula):	
Caso de Referência:	Protocolo(s):	Laudo(s):	Data de Arquivamento:
<b>VESTÍGIO CRIMINAL</b> (SÓ PODE SER ABERTO POR PESSOA AUTORIZADA)			
<b>ORIGEM</b>			
Nº da Ocorrência Policial: <input type="checkbox"/> BOP <input type="checkbox"/> Tombio			
Unidade Policial Requisitante:			
Autoridade Requisitante:			
<b>COLETA</b>			
Nº do Lacre:		Data da Coleta:	Hora da Coleta:
Nome:	Matrícula:	Lotação:	Assinatura:
Local da Coleta (Endereço completo ou Coordenadas):			
Descrição do Vestígio:			
<div> <div>Empresa</div> <div> <p>ESTE É UM ENVELOPE DE SEGURANÇA QUALQUER TENTATIVA DE REABERTURA DEIXARÁ SINAIS VISÍVEIS DE VIOLAÇÃO</p> </div> </div>			

*OBS: \*Sujeito à aprovação, antes da produção.*

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800



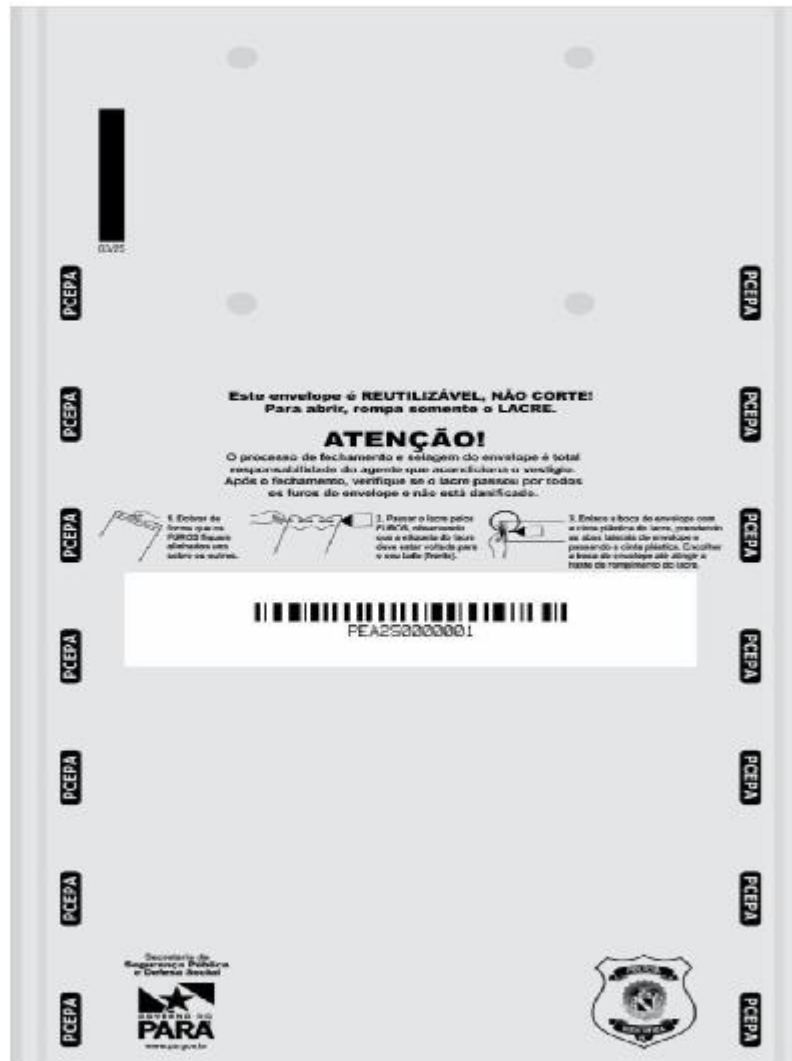
Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



**ANVERSO**



OBS: \*Sujeito à aprovação, antes da produção.

**Polícia Científica do Pará** | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**APÊNDICE C – MODELO DE ARTE FINAL: lacre**



*OBS: \*Sujeito à aprovação, antes da produção*

---

**Polícia Científica do Pará** | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

## APÊNDICE DO ANEXO I ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PAE nº aaaa/nnnn

#### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

(art. 18, §1º, I, da Lei Federal nº 14.133/21)

##### 1.1. QUAL A NECESSIDADE A SER ATENDIDA?

**1.1.1.** Este documento tem por objetivo subsidiar à Contratação para Fornecimento contínuo de Envelopes e Lacres de segurança, a fim de atender às necessidades dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP/PA), no tocante à cadeia de custódia, em atendimento ao que dispõe o Código de Processo Penal.

**1.1.2.** A aquisição visa atender aos requisitos procedimentais quanto à garantia da cadeia de custódia dos vestígios criminais, conforme LEI 13.964 (que alterou o código PENALE processual penal), de 24 de dezembro de 2019 e diretrizes da PORTARIA Nº 82, de 16 de julho de 2014, da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP), disponíveis em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm), [http://www.lex.com.br/legis\\_25740023\\_portaria\\_n\\_82\\_de\\_16\\_de\\_julho\\_de\\_2014](http://www.lex.com.br/legis_25740023_portaria_n_82_de_16_de_julho_de_2014) e Resolução nº 478/2024 - CONSEP.

**1.1.3.** Os referidos materiais serão utilizados para manter a Cadeia de Custódia dos Vestígios, garantindo a integridade, inviolabilidade, confiabilidade e rastreo da prova material.

**1.1.4.** A manutenção da cadeia de custódia em todas as suas etapas configura um grande desafio para a prática forense e para o sistema de segurança pública como um todo. Por essa razão, é necessário garantir, através da utilização de embalagens, lacres e etiquetas, a integridade e segurança do vestígio, evitando eventual deterioração e/ou adulteração do vestígio, bem como a ausência de rastreo e confiabilidade da prova material. Dessa forma, estes materiais são imprescindíveis para preservação da cadeia de custódia, em atendimento ao que dispõe o Código de Processo Penal.

#### 2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(art. 18, §1º, III, da Lei Federal nº 14.133/21)

##### 2.1. QUAL O TIPO DE OBJETO?

- ☒ Bem.
- ☐ Serviço
- ☐ Locação de imóvel.
- ☐ Obra ou serviço de engenharia.

---

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado do Segurança Pública e Defesa Social

## 2.2. QUAL A NATUREZA?

- ☒ Continuada
- ☐ Não continuada.

### 2.3. HÁ MONOPÓLIO?

- ☐ Sim, apenas um único fornecedor é capaz de atender a demanda.
- ☒ Não, há mais de um fornecedor capaz de atender a demanda.

## 2.4. QUAL A VIGÊNCIA?

- ☐ 30 dias (pronta entrega).  
☐ 180 dias  
☒ 12 meses  
☐ Indeterminado  
☐ outro: Nnnn    ☐ dias    ☐ meses    ☐ anos

## 2.5. PODERÁ HAVER PRORROGAÇÃO?

- ☒ Sim.
- ☐ Não.
- ☐ Não se aplica porque o prazo é indeterminado.

## 2.6. HÁ TRANSIÇÃO COM CONTRATO ANTERIOR?

- ☒ Não.
- ☐ Sim. Contrato nº nnnn/aaaa
- Prazo final: Dd/mm/aaaa

## 2.7. PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE?

Item	Descrição detalhada
1	Envelope plástico reutilizável <b>modelo A</b> - Tamanho 150 x 280 mm. Envelope em filme plástico (100% reciclável) em polietileno coextrusado em três camadas, semirrígido, com superfície tratada para permitir escrita à caneta esferográfica, codificado e padronizado com a marca do <i>Órgão/Entidade participante</i> , com fechamento por duas linhas de furos paralelas entre si e a abertura do saco, de modo que o saco possa ser dobrado próximo a abertura, fazendo com que os furos das duas linhas paralelas se sobreponham e permitam a passagem do fio de selagem do lacre de forma a

**Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio**  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

	selar a abertura depois de apertado (tipo enforcamento). Tolerância de + 15mm nas medidas nominais.
<b>2</b>	Envelope plástico reutilizável <b>modelo B</b> - Tamanho 265 x 380 mm. Envelope em filme plástico (100% reciclável) em polietileno coextrusado em três camadas, semirrígido, com superfície tratada para permitir escrita à caneta esferográfica, codificado e padronizado com a marca do <i>Órgão/Entidade participante</i> , com fechamento por duas linhas de furos paralelas entre si e a abertura do saco, de modo que o saco possa ser dobrado próximo a abertura, fazendo com que os furos das duas linhas paralelas se sobreponham e permitam a passagem do fio de selagem do lacre de forma a selar a abertura depois de apertado (tipo enforcamento). Tolerância de + 15mm nas medidas nominais.
<b>3</b>	Envelope plástico reutilizável <b>modelo C</b> - Tamanho 325 x 410 mm. Envelope em filme plástico (100% reciclável) em polietileno coextrusado em três camadas, semirrígido, com superfície tratada para permitir escrita à caneta esferográfica, codificado e padronizado com a marca do <i>Órgão/Entidade participante</i> , com fechamento por duas linhas de furos paralelas entre si e a abertura do saco, de modo que o saco possa ser dobrado próximo a abertura, fazendo com que os furos das duas linhas paralelas se sobreponham e permitam a passagem do fio de selagem do lacre de forma a selar a abertura depois de apertado (tipo enforcamento). Tolerância de +15mm nas medidas nominais.
<b>4</b>	Envelope plástico reutilizável <b>modelo D</b> - Tamanho 565 x 745 mm. Envelope em filme plástico (100% reciclável) em polietileno coextrusado em três camadas, semirrígido, com superfície tratada para permitir escrita à caneta esferográfica, codificado e padronizado com a marca do <i>Órgão/Entidade participante</i> , com fechamento por duas linhas de furos paralelas entre si e a abertura do saco, de modo que o saco possa ser dobrado próximo a abertura, fazendo com que os furos das duas linhas paralelas se sobreponham e permitam a passagem do fio de selagem do lacre de forma a selar a abertura depois de apertado (tipo enforcamento). Tolerância de + 15mm nas medidas nominais.
<b>5</b>	Envelope plástico reutilizável <b>modelo E</b> - Tamanho 430 x 1310 mm. Envelope em filme plástico (100% reciclável) em polietileno coextrusado em três camadas, semirrígido, com superfície tratada para permitir escrita à caneta esferográfica, codificado e padronizado com a marca da <i>Órgão/Entidade participante</i> , com fechamento por duas linhas de furos paralelas entre si e a abertura do saco, de modo que o saco possa ser dobrado próximo a abertura, fazendo com que os furos das duas linhas paralelas se sobreponham e permitam a passagem do fio de selagem do lacre de forma a selar a abertura depois de apertado (tipo enforcamento). Tolerância de +15mm nas medidas nominais.
<b>6</b>	Envelope plástico reutilizável <b>modelo F</b> - Tamanho 745 x 980 mm. Envelope em filme plástico (100% reciclável) em polietileno coextrusado em

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

	três camadas, semirrígido, com superfície tratada para permitir escrita à caneta esferográfica, codificado e padronizado com a marca do <i>Órgão/Entidade participante</i> , com fechamento por duas linhas de furos paralelas entre si e a abertura do saco, de modo que o saco possa ser dobrado próximo a abertura, fazendo com que os furos das duas linhas paralelas se sobreponham e permitam a passagem do fio de selagem do lacre de forma a selar a abertura depois de apertado (tipo enforcamento). Tolerância de +15mm nas medidas nominais.
7	<b>Lacre</b> de polietileno (100% reciclável), descartável, dimensões mínimas de 320 mm X 50mm X 35mm X 5mm x 2mm (comprimento do cabo x comprimento do corpo (plaqueta) x largura do corpo x largura do cabo x espessura do cabo), com plaqueta (corpo do lacre), contendo numeração conforme especificação abaixo, personalização e código de barras fundidos ao lacre no momento da gravação/injeção através da tecnologia IML TRANSFER. Inviolável, autoclavável, com trava por clip metálico, resistente à tração superior a 30Kg.

## 2.8. HÁ CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE?

- ☐ Não foram adotados critérios de sustentabilidade, conforme fundamentação técnica e mercadológica em anexo.
- ☒ Utilização de bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e biodegradável, conforme as normas técnicas aplicáveis.
- ☒ Não utilização de bens e produtos com substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances) e outras diretivas similares, tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente [Cr(VI)], cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBB's) e éteres difenil-polibromados (PBDE's).
- ☐ Atendimento aos requisitos ambientais para a obtenção de certificação pelos órgãos competentes como produtos sustentáveis e/ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- ☐ Utilização, preferencial, de embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- ☐ Maior ciclo de vida e menor custo de manutenção do bem.
- ☐ Outro. Especificar:

## 2.9. HÁ NECESSIDADE DE TREINAMENTO?

☐ Sim

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

☒ Não

**3. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

(arts. 18, §1º, V, e 44 da Lei Federal nº 14.133/21)

**3.1. ONDE FORAM PESQUISADAS AS POSSÍVEIS SOLUÇÕES?**

- ☒ Consulta a fornecedores. ☒ Contratações similares.  
☐ Audiência pública. ☐ Internet.  
☐ Outro. **Especificar:** (Indicar o meio).

**3.2. JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA PARA A ESCOLHA DA MELHOR SOLUÇÃO**

A contratação de **fornecimento contínuo de Envelopes e Lacs** mostra-se a solução mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico para atender às necessidades dos órgãos e entidades integrantes do **Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – SIEDS**, no âmbito da **Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará – SEGUP/PA**, especialmente no que se refere à **cadeia de custódia de vestígios**.

*Justificativa Técnica*

A cadeia de custódia constitui procedimento essencial para garantir a **integridade, rastreabilidade, autenticidade e confiabilidade** dos vestígios coletados em atividades de persecução penal, conforme previsto na legislação vigente e nas boas práticas de segurança pública e perícia criminal. Nesse contexto, o uso de **envelopes apropriados, lacs invioláveis e etiquetas padronizadas** é indispensável para assegurar que os vestígios permaneçam íntegros desde a coleta até o descarte ou apresentação em juízo.

O fornecimento contínuo desses materiais garante:

- **Padronização dos procedimentos** entre os diversos órgãos do SIEDS, reduzindo riscos de falhas operacionais;
- **Segurança física e documental** dos vestígios, por meio de lacs e embalagens que evidenciem qualquer tentativa de violação;
- **Rastreabilidade eficiente**, possibilitada pelo uso de etiquetas adequadas à identificação, registro e controle dos materiais;
- **Conformidade com normas técnicas e legais** relacionadas à cadeia de custódia, fortalecendo a validade das provas produzidas.

Alternativas como aquisições pontuais, descentralizadas ou por demanda emergencial mostraram-se tecnicamente inadequadas, pois comprometem a continuidade do

---

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

serviço, dificultam o controle de qualidade dos materiais e podem gerar desabastecimento, impactando diretamente as atividades finalísticas dos órgãos de segurança pública.

*Justificativa Econômica*

Sob o aspecto econômico, a contratação de fornecimento contínuo apresenta-se como a opção mais vantajosa para a Administração Pública, uma vez que:

- **Permite melhor planejamento orçamentário**, com previsibilidade de custos ao longo do período contratual;
- **Reduz custos unitários**, em razão da economia de escala proporcionada pela aquisição regular e centralizada;
- **Minimiza despesas administrativas**, evitando a abertura recorrente de processos licitatórios para aquisições esporádicas;
- **Evita gastos emergenciais**, que normalmente resultam em preços mais elevados e menor competitividade.

Além disso, a centralização da contratação possibilita maior controle sobre a qualidade dos produtos adquiridos, reduzindo riscos de retrabalho, desperdício ou perda de materiais decorrentes da utilização de insumos inadequados, o que representa economia indireta para o erário.

*Conclusão*

Diante do exposto, a contratação de **fornecimento contínuo de Envelopes e Lacres** revela-se a **melhor solução técnica e economicamente viável**, por assegurar a continuidade das atividades essenciais relacionadas à cadeia de custódia, garantir a padronização e a segurança dos procedimentos adotados pelos órgãos do SIEDS e promover o uso eficiente dos recursos públicos, atendendo plenamente aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

**3.3. HÁ RESTRIÇÃO DE FORNECEDORES?**

- ☐ Sim.  
☒ Não.

**4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

(art. 18, §1º, VII, da Lei Federal nº 14.133/21)

**4.1. O QUE SERÁ CONTRATADO?**

---

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Empresa especializada para **Fornecimento contínuo de Envelopes e Lacres de segurança, a fim de atender às necessidades dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP/PA), no tocante à cadeia de custódia**

**4.2. QUAL O PRAZO DA GARANTIA CONTRATUAL?** (artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021)

- ☒ Não há  
☐ 90 dias  
☐ 12 meses  
☐ Outro: nnnn      ☐ dias    ☐ meses    ☐ anos

**4.3. HAVERÁ GARANTIA DO BEM OU SERVIÇO?**

- ☒ Não há.  
☐ 90 dias.  
☐ 12 meses.

**4.4. HÁ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA**

- ☒ Não.  
☐ Sim. **Justificativa:** (Indicar o motivo da necessidade de assistência técnica para a contratação).

**4.5. HÁ NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO?**

- ☒ Não.  
☐ Sim. **Descrever solução:** (Contrato de manutenção).

**5. DIMENSIONAMENTO DO OBJETO**

(art. 18, §1º, IV, da Lei Federal nº 14.133/21)

**5.1. COMO SE OBTVE O QUANTITATIVO ESTIMADO?**

- ☒ Análise de contratações anteriores.      ☐ Análise de contratações similares.  
☐ Levantamento atual.  
☐ Outro. **Especificar:** (Indicar a metodologia).

**5.2. DESCRIÇÃO DO QUANTITATIVO?**

---

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Conforme indicado na necessidade da contratação, a demanda se direciona a contratação dos envelopes e lacres.

As quantidades a serem adquiridas foram definidas com base em análise criteriosa do consumo extraída através do consumo gerado no ano de 2022. O termo de referência constará expressamente os quantitativos definidos por item.

### 5.3. ESPECIFICAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO									
Item	Descrição	Und	PC	PM	PE	BM	PP	DE	Total Qtd
1	Envelope plástico reutilizável modelo A - Tamanho 150 x 280 mm. Envelope em filme plástico (100% reciclável) em polietileno coextrusado em três camadas, semirrígido, com superfície tratada para permitir escrita à caneta esferográfica, codificado e padronizado com a marca do Órgão/Entidade participante, com fechamento por duas linhas de furos paralelas entre si e a abertura do saco, de modo que o saco possa ser dobrado próximo a abertura, fazendo com que os furos das duas linhas paralelas se sobreponham e permitam a passagem do fio de selagem do lacre de forma a selar a abertura depois de apertado (tipo enforcamento). Tolerância de + 15mm nas medidas nominais.	Und			80000				
2	Envelope plástico	Und			80000				

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão - Belém - Pará - CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

	reutilizável <b>modelo B</b> - Tamanho 265 x 380 mm. Envelope em filme plástico (100% reciclável) em polietileno coextrusado em três camadas, semirrígido, com superfície tratada para permitir escrita à caneta esferográfica, codificado e padronizado com a marca do <i>Órgão/Entidade participante</i> , com fechamento por duas linhas de furos paralelas entre si e a abertura do saco, de modo que o saco possa ser dobrado próximo a abertura, fazendo com que os furos das duas linhas paralelas se sobreponham e permitam a passagem do fio de selagem do lacre de forma a selar a abertura depois de apertado (tipo enforcamento). Tolerância de + 15mm nas medidas nominais.							
3	Envelope plástico reutilizável <b>modelo C</b> - Tamanho 325 x 410 mm. Envelope em filme plástico (100% reciclável) em polietileno coextrusado em três camadas, semirrígido, com superfície tratada para permitir escrita à caneta esferográfica, codificado e padronizado com a marca do <i>Órgão/Entidade participante</i> , com fechamento por duas	Und			80000			

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

	linhas de furos paralelas entre si e a abertura do saco, de modo que o saco possa ser dobrado próximo a abertura, fazendo com que os furos das duas linhas paralelas se sobreponham e permitam a passagem do fio de selagem do lacre de forma a selar a abertura depois de apertado (tipo enforcamento). Tolerância de + 15mm nas medidas nominais.								
4	Envelope plástico reutilizável modelo D - Tamanho 565 x 745 mm. Envelope em filme plástico (100% reciclável) em polietileno coextrusado em três camadas, semirrígido, com superfície tratada para permitir escrita à caneta esferográfica, codificado e padronizado com a marca do Órgão/Entidade participante, com fechamento por duas linhas de furos paralelas entre si e a abertura do saco, de modo que o saco possa ser dobrado próximo a abertura, fazendo com que os furos das duas linhas paralelas se sobreponham e permitam a passagem do fio de selagem do lacre de forma a selar a abertura depois de apertado (tipo enforcamento).	Und			60000				

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão - Belém - Pará - CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

	Tolerância de + 15mm nas medidas nominais.								
5	Envelope plástico reutilizável <b>modelo E</b> - Tamanho 430 x 1310 mm. Envelope em filme plástico (100% reciclável) em polietileno coextrusado em três camadas, semirrígido, com superfície tratada para permitir escrita à caneta esferográfica, codificado e padronizado com a marca da <i>Órgão/Entidade participante</i> , com fechamento por duas linhas de furos paralelas entre si e a abertura do saco, de modo que o saco possa ser dobrado próximo a abertura, fazendo com que os furos das duas linhas paralelas se sobreponham e permitam a passagem do fio de selagem do lacre de forma a selar a abertura depois de apertado (tipo enforcamento). Tolerância de + 15mm nas medidas nominais.	Und			80000				
6	Envelope plástico reutilizável <b>modelo F</b> - Tamanho 745 x 980 mm. Envelope em filme plástico (100% reciclável) em polietileno coextrusado em três camadas, semirrígido, com superfície tratada para permitir escrita à caneta esferográfica, codificado e padronizado	Und			60000				

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

	com a marca do Órgão/Entidade participante, com fechamento por duas linhas de furos paralelas entre si e a abertura do saco, de modo que o saco possa ser dobrado próximo a abertura, fazendo com que os furos das duas linhas paralelas se sobreponham e permitam a passagem do fio de selagem do lacre de forma a selar a abertura depois de apertado (tipo enforcamento). Tolerância de + 15mm nas medidas nominais.							
7	Lacre de polietileno (100% reciclável), descartável, dimensões mínimas de 320 mm X 50mm X 35mm X 5mm x 2mm (comprimento do cabo x comprimento do corpo (plaqueta) x largura do corpo x largura do cabo x espessura do cabo), com plaqueta (corpo do lacre), contendo numeração conforme especificação abaixo, personalização e código de barras fundidos ao lacre no momento da gravação/injeção através da tecnologia IML TRANSFER. Inviolável, autoclavável, com	Und			120000			

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

trava por clip metálico, resistente à tração superior a 30Kg.									
---------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

**5.4. EM CASO DE BEM IMÓVEL, QUAIS CRITÉRIOS ADOTADOS PARA DIMENSIONAR O TAMANHO NECESSÁRIO?**

☐ Especificar:

☒ Item prejudicado, não se trata de imóvel.

**5.5. EM CASO DE BEM IMÓVEL, HÁ ALGUM DE PROPRIEDADE DO ESTADO PARA ATENDER A DEMANDA?**

☐ Sim.

☐ Não, conforme certidão no processo (seq. XX).

☒ Item prejudicado, não se trata de aquisição ou locação de imóvel.

**6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

(art. 18, §1º, VI, da Lei Federal nº 14.133/21)

**6.1. MEIOS USADOS NA PESQUISA**

- ☐ Paineis de preços      ☒ Contratações similares      ☐ Fornecedores.  
☐ SIMAS      ☐ Internet.  
☐ Outro. **Especificar:** (Indicar o meio).

**6.2. ESTIMATIVA DE PREÇO**

Item	Descrição	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1	Envelope plástico reutilizável <b>modelo A</b> - Tamanho 150 x 280 mm. Envelope em filme plástico (100% reciclável) em polietileno coextrusado em três camadas, semirrígido, com superfície tratada para permitir escrita à caneta esferográfica, codificado e padronizado com a marca do <b>Órgão/Entidade</b>		R\$ 1,35	R\$ 0,00

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão - Belém - Pará - CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

	<i>participante</i> , com fechamento por duas linhas de furos paralelas entre si e a abertura do saco, de modo que o saco possa ser dobrado próximo a abertura, fazendo com que os furos das duas linhas paralelas se sobreponham e permitam a passagem do fio de selagem do lacre de forma a selar a abertura depois de apertado (tipo reforçamento). Tolerância de + 15mm nas medidas nominais.			
2	Envelope plástico reutilizável <b>modelo B</b> - Tamanho 265 x 380 mm. Envelope em filme plástico (100% reciclável) em polietileno coextrusado em três camadas, semirrígido, com superfície tratada para permitir escrita à caneta esferográfica, codificado e padronizado com a marca do <i>Órgão/Entidade participante</i> , com fechamento por duas linhas de furos paralelas entre si e a abertura do saco, de modo que o saco possa ser dobrado próximo a abertura, fazendo com que os furos das duas linhas paralelas se sobreponham e permitam a passagem do fio de selagem do lacre de forma a selar a abertura depois de apertado (tipo reforçamento). Tolerância de + 15mm nas medidas nominais.		R\$ 2,70	R\$ 0,00
3	Envelope plástico reutilizável <b>modelo C</b> - Tamanho 325 x 410 mm. Envelope em filme plástico (100% reciclável) em polietileno coextrusado em três camadas, semirrígido, com superfície tratada para permitir escrita à caneta esferográfica, codificado e padronizado com a marca do <i>Órgão/Entidade participante</i> , com fechamento por duas linhas de furos paralelas entre si e a abertura do saco, de modo que o saco possa ser dobrado próximo a abertura, fazendo com que os furos das duas linhas paralelas se sobreponham e permitam a passagem do fio de selagem do lacre de forma a		R\$ 3,24	R\$ 0,00

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

	selar a abertura depois de apertado (tipo enforcamento). Tolerância de + 15mm nas medidas nominais.			
4	Envelope plástico reutilizável <b>modelo D</b> - Tamanho 565 x 745 mm. Envelope em filme plástico (100% reciclável) em polietileno coextrusado em três camadas, semirrígido, com superfície tratada para permitir escrita à caneta esferográfica, codificado e padronizado com a marca do <i>Órgão/Entidade participante</i> , com fechamento por duas linhas de furos paralelas entre si e a abertura do saco, de modo que o saco possa ser dobrado próximo a abertura, fazendo com que os furos das duas linhas paralelas se sobreponham e permitam a passagem do fio de selagem do lacre de forma a selar a abertura depois de apertado (tipo enforcamento). Tolerância de + 15mm nas medidas nominais.		R\$ 4,75	
5	Envelope plástico reutilizável <b>modelo E</b> - Tamanho 430 x 1310 mm. Envelope em filme plástico (100% reciclável) em polietileno coextrusado em três camadas, semirrígido, com superfície tratada para permitir escrita à caneta esferográfica, codificado e padronizado com a marca da <i>Órgão/Entidade participante</i> , com fechamento por duas linhas de furos paralelas entre si e a abertura do saco, de modo que o saco possa ser dobrado próximo a abertura, fazendo com que os furos das duas linhas paralelas se sobreponham e permitam a passagem do fio de selagem do lacre de forma a selar a abertura depois de apertado (tipo enforcamento). Tolerância de + 15mm nas medidas nominais.		R\$ 6,88	
6	Envelope plástico reutilizável <b>modelo F</b> - Tamanho 745 x 980 mm. Envelope em filme plástico (100% reciclável) em		R\$ 6,20	

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão - Belém - Pará - CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

	polietileno coextrusado em três camadas, semirrígido, com superfície tratada para permitir escrita à caneta esferográfica, codificado e padronizado com a marca do <i>Órgão/Entidade participante</i> , com fechamento por duas linhas de furos paralelas entre si e a abertura do saco, de modo que o saco possa ser dobrado próximo a abertura, fazendo com que os furos das duas linhas paralelas se sobreponham e permitam a passagem do fio de selagem do lacre de forma a selar a abertura depois de apertado (tipo enforcamento). Tolerância de + 15mm nas medidas nominais.			
7	<b>Lacre</b> de polietileno (100% reciclável), descartável, dimensões mínimas de 320 mm X 50mm X 35mm X 5mm x 2mm (comprimento do cabo x comprimento do corpo (plaqueta) x largura do corpo x largura do cabo x espessura do cabo), com plaqueta (corpo do lacre), contendo numeração conforme especificação abaixo, personalização e código de barras fundidos ao lacre no momento da gravação/injeção através da tecnologia IML TRANSFER. Inviolável, autoclavável, com trava por clip metálico, resistente à tração superior a 30Kg.		R\$ 1,10	
			<b>TOTAL</b>	

**7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO**

(art. 18, §1º, VIII, art. 40, V, b, 47, II, da Lei Federal nº 14.133/21)

**7.1. A SOLUÇÃO SERÁ DIVIDIDA EM ITENS?**

☒ Sim.

☐ Não, **Por quê?**

☐ Objeto indivisível.

☐ Perda de escala.

☐ Tecnicamente inviável.

☐ Economicamente

☐ Aproveitamento da competitividade.

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

☐ Outro. **Especificar:** (Indicar o motivo).

**8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES**

(art. 18, §1º, XI, da Lei Federal nº 14.133/21)

**8.1. HÁ CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES?** (Art. 6º, XI, Lei 14.133/2021)

☒ Não.

☐ Sim. **Especificar:** (Indicar o PAE e o número do contrato administrativo, especificando o seu objeto correlato/interdependente).

**9. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO**

(art. 18, §1º, II, da Lei Federal nº 14.133/21)

**9.1. HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL?**

☐ Sim. **Especificar item do PCA:** nn.

☒ Não. **Providências:** Considerando a implementação da Lei Federal nº 14.133/2021 em âmbito estadual bem como a recente regulamentação pelo Decreto Estadual nº 2.390/2023, este órgão atualmente não possui o PCA para este ano. Contudo, será incluído no próximo PCA.

**10. RESULTADOS PRETENDIDOS**

(art. 18, §1º, IX, da Lei Federal nº 14.133/21)

**10.1. QUAIS OS BENEFÍCIOS PRETENDIDOS NA CONTRATAÇÃO?** (Art. 6º, IX, Lei 14.133/2021)

☒ Manutenção do Funcionamento

Administrativo

☐ Redução dos Riscos do Trabalho

☐ Serviço

☒ Bem de Consumo

☒ Realização de Política Pública

☐ Redução de Custos

☐ Aproveitamento de Recursos Humanos

☐ Ganho de Eficiência

☐ Bem de Permanente

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

☒ Outro. Especificar:

**1. Garantia da Integridade da Cadeia de Custódia**

Assegurar a preservação da integridade física e documental dos vestígios, desde a coleta até sua destinação final, por meio do uso de materiais adequados e padronizados, reduzindo riscos de contaminação, extravio, substituição ou violação.

**2. Padronização dos Procedimentos Operacionais**

Promover a uniformização dos procedimentos adotados pelos diversos órgãos do SIEDS, mediante a utilização de envelopes, lacres e etiquetas com características técnicas compatíveis, fortalecendo a confiabilidade e a consistência dos registros relacionados à cadeia de custódia.

**3. Rastreabilidade e Controle dos Vestígios**

Viabilizar a identificação clara, precisa e contínua dos vestígios, garantindo maior controle, transparência e rastreabilidade em todas as etapas do fluxo operacional, desde o registro inicial até o encaminhamento às autoridades competentes.

**4. Continuidade das Atividades Finalísticas**

Assegurar o abastecimento regular e ininterrupto dos materiais essenciais às atividades de segurança pública, investigação criminal e perícia, evitando descontinuidade dos serviços e prejuízos às ações institucionais decorrentes de eventual falta de insumos.

**5. Conformidade Legal e Institucional**

Atender às exigências legais, normativas e procedimentais relacionadas à cadeia de custódia, fortalecendo a validade jurídica das provas produzidas e reduzindo riscos de questionamentos administrativos ou judiciais.

**6. Eficiência Operacional**

Otimizar os processos de trabalho dos órgãos do SIEDS, proporcionando maior agilidade, segurança e confiabilidade no manuseio e no acondicionamento de vestígios, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

**7. Economicidade e Racionalização dos Recursos Públicos**

Obter ganhos econômicos por meio da contratação contínua e centralizada, com redução de custos unitários, melhor planejamento orçamentário e diminuição de despesas administrativas associadas a aquisições emergenciais ou fragmentadas.

**8. Fortalecimento da Gestão e do Controle Administrativo**

Aprimorar o controle de estoques, a gestão contratual e o acompanhamento do consumo dos materiais, permitindo maior previsibilidade, transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

**11. PROVIDÊNCIAS PENDENTES**

(art. 18, §1º, X, da Lei Federal nº 14.133/21)

---

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**11.1. HÁ PROVIDÊNCIAS PENDENTES PARA O SUCESSO DA CONTRATAÇÃO?** (Art. 6º, X, Lei 14.133/2021)

☒ Não.

☐ Sim. **Especificar:** (Apresentar cronograma de providências a serem adotadas antes e durante o contrato para assegurar o êxito do resultado, como capacitação de servidores, adequação do espaço físico etc.).

**12. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO**  
(art. 18, §1º, XII, da Lei Federal nº 14.133/21)

**12.1. HÁ PREVISÃO DE IMPACTO AMBIENTAL NA CONTRATAÇÃO?** (Art. 6º, XII, Lei 14.133/2021)

☒ Não.

☐ Sim. **Especificar os impactos:**  
(Detalhar).

**Especificar as medidas de mitigação dos impactos:** (Detalhar).

**13. CONCLUSÃO**

**13.1. A CONTRATAÇÃO POSSUI VIABILIDADE TÉCNICA, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL?**  
(Art. 6º, XIII, Lei 14.133/2021)

☒ Sim.

☐ Não.

Belém (PA), na data da assinatura eletrônica.

**Responsável pela elaboração:**

**LUCILA HELENA SANTIAGO DE ALMEIDA**  
Perita Criminal – Mat.: 57175983/3  
Polícia Científica do Pará

---

Polícia Científica do Pará | Central de Custódia e Vestígio  
Av. Mangueirão, nº 174-176, Mangueirão – Belém – Pará – CEP: 66.640-480  
Fone: (91) 3198-3800



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

## ANEXO II

### MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 000/20\_\_ PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90005/2026- SEGUP/PA.

A Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP/PA, com sede na Travessa do Chaco, nº. 2271 - Bairro: Marco - CEP: 66093-542, na cidade de Belém, Estado do Pará, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, neste ato representado pelo Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. RENAN HENRIQUE NABOR DE OLIVEIRA, designado pelo Decreto Estadual do dia 09/01/2026, publicado no D.O.E Nº 36.494, de 12/01/2026, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90005/2026, publicada no DOE nº xxxxxxxx de xx/xx/2026, processo administrativo nº 2026/2076356, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Estadual nº 3.371, de 29 de setembro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

**1.1** A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para contratação de empresa especializada para Fornecimento contínuo de Envelopes e Lacres, a fim de atender às necessidades dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP/PA), conforme especificações constantes nos Anexos I do Edital do Pregão SRP nº 90005/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

**2.1** O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

_____(...nome da empresa...)_____, com sede em _____(...município...)____ na _____(...endereço completo...)____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____.____./____-____, fone: (00) 0000-0000, e-mail: xxxxxxxxx, representada neste ato por _____(...nome completo...)____, _____(...qualificação: nacionalidade, estado civil, profissão...)____, portador da Carteira de identidade _____(...nº, órgão emissor, UF...)____ e CPF nº _____.____.-____;
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Envelope plástico reutilizável modelo A - Tamanho 150 x 280 mm, conforme Termo Referência.	409.204		
02	Envelope plástico reutilizável modelo B - Tamanho 265 x 380 mm, conforme Termo Referência.	405.644		
03	Envelope plástico reutilizável modelo C - Tamanho 325 x 410 mm, conforme Termo Referência.	396.424		
04	Envelope plástico reutilizável modelo D - Tamanho 565 x 745 mm, conforme Termo Referência.	339.224		
05	Envelope plástico reutilizável modelo E - Tamanho 430 x 1310 mm, conforme Termo Referência.	369.184		
06	Envelope plástico reutilizável modelo F - Tamanho 745 x 980 mm, conforme Termo Referência.	319.564		
08	Etiqueta lacre de grande porte VOID Dimensões 105 X 175mm – 80g/m2, conforme Termo Referência.	644.515		
Valor Total Estimado				

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP/PA.

3.2 Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes deste registro de preços:





**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

Item	Descrição	SEGUP	FESP	FISP	PC	PM	PCE	SEAP
1	Envelope plástico reutilizável modelo A - Tamanho 150 x 280 mm.	169.854	70.000	82.000	5.000	1.350	80.000	1.000
2	Envelope plástico reutilizável modelo B - Tamanho 265 x 380 mm.	163.074	70.000	76.000	10.000	570	80.000	6.000
3	Envelope plástico reutilizável modelo C - Tamanho 325 x 410 mm.	158.964	70.000	72.000	10.000	460	80.000	5.000
4	Envelope plástico reutilizável modelo D - Tamanho 565 x 745 mm.	134.864	70.000	68.000	5.000	360	60.000	1.000
5	Envelope plástico reutilizável modelo E - Tamanho 430 x 1310 mm.	149.844	70.000	63.000	5.000	340	80.000	1.000
6	Envelope plástico reutilizável modelo F - Tamanho 745 x 980 mm.	125.034	70.000	58.000	5.000	530	60.000	1.000
7	Lacre de polietileno (100% reciclável), descartável, dimensões mínimas de 400 mm X 50mm X 5mm X 2mm.	363.415	70.000	52.000	20.000	4.100	120.000	15.000

#### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**4.1.** Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

**4.1.1.** Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

**4.1.2.** Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

**4.1.3.** Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

**4.2.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**4.3.** Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.





**Governo do Estado do Pará**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**

**4.4.** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

**4.5.** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL A SER REGISTRADO	LIMITE DE ADESÃO POR CADA ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE	LIMITE TOTAL DE ADESÕES (Quíntuplo)
1	Envelope plástico reutilizável modelo A - Tamanho 150 x 280 mm.	409.204	204.602	2.046.020
2	Envelope plástico reutilizável modelo B - Tamanho 265 x 380 mm.	405.644	202.822	2.028.220
3	Envelope plástico reutilizável modelo C - Tamanho 325 x 410 mm.	396.424	198.212	1.982.120
4	Envelope plástico reutilizável modelo D - Tamanho 565 x 745 mm.	339.224	169.612	1.696.120
5	Envelope plástico reutilizável modelo E - Tamanho 430 x 1310 mm.	369.184	184.592	1.845.920
6	Envelope plástico reutilizável modelo F - Tamanho 745 x 980 mm.	319.564	159.782	1.597.820
7	Lacre de polietileno (100% reciclável), descartável, dimensões mínimas de 400 mm X 50mm X 5mm X 2mm.	644.515	322.258	3.222.575

**Dos limites para as adesões**

**4.6.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços (ARP) para o gerenciador e para os participantes.

**4.7.** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços (ARP) para o gerenciador e os participantes,



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**4.8.** A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Vedação a acréscimo de quantitativos**

**4.9.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, conforme art. 19 do Decreto Estadual nº 3.371 de 2023.

**5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

**5.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial do Estado do Pará, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado a vantajosidade do preço, conforme art. 18 do Decreto Estadual nº 3.371 de 2023 e mediante a anuência do fornecedor.

**5.1.1.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

**5.1.2.** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

**5.2.** A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.2.1.** O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

**5.3.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.4.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**5.4.1.** Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

**5.4.2.** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

**5.4.2.1.** Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

**5.4.2.2.** Mantiverem sua proposta original.

**5.4.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

**5.5.** O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

**5.6.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**5.7.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**5.7.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

**5.7.2.** Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9 desta ata de registro de preço.

**5.8.** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**5.9.** Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**5.9.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

**5.10.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

**5.11.** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**5.12.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

**5.12.1.** Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**5.12.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**5.13.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições esta belecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**6.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**6.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**6.1.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**6.1.3.** Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.1.3.1.** No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

**6.1.3.2.** No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

**7.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**7.1.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**7.1.2.** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado, conforme previsto no Art. 24 do Decreto estadual nº 3.371 de 2023.

**7.1.3.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do preço registrado na Ata de Registro de Preços (ARP), nos termos do disposto no art. 25 do Decreto estadual 3.371 de 2023, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

**7.1.4.** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.2.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**7.2.1.** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**7.2.2.** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor de verá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

**7.2.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

**7.2.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa à Administração Pública Estadual.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**7.2.5.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**7.2.6.** O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

**8.2.** O remanejamento somente poderá ser feito:

**8.2.1.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

**8.2.2.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

**8.3.** O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

**8.4.** Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto Estadual nº 3.371, de 2023.

**8.5.** Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

**8.6.** Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

**8.7.** Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**9.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

- 9.1.1.** Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2.** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 24, Inc. III do Decreto Estadual nº 3.371 de 2023.
- 9.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.1.4.1.** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**9.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**9.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**9.4.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1.** Por razão de interesse público;
- 9.4.2.** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3.** Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do disposto no art. 22 do Decreto Estadual nº 3.371 de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

**10.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

**10.1.1.** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

**10.2.** É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, bem como o registro das penalidades junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), conforme art. 6º, X, do Decreto Estadual nº 3.371, de 2023, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 7º, VI, do Decreto Estadual nº 3.371, de 2023).

**10.3.** O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

**11.1.** As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

**11.2.** No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes

Belém - PA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

---

Diretor ou Representante legal da Empresa  
Razão Social do licitante - CNPJ





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**MINUTA DA ATA DE CADASTRO RESERVA**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

\_\_\_\_\_(...nome da empresa...)\_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_(...município...)\_\_\_\_ na \_\_\_\_\_(...endereço completo...)\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_\_\_, fone: (00) 0000-0000, e-mail: xxxxxxxxx, representada neste ato por \_\_\_\_\_(...nome completo...)\_\_\_\_, \_\_\_\_\_(...qualificação: nacionalidade, estado civil, profissão...)\_\_\_\_, portador da Carteira de identidade \_\_\_\_\_(...nº, órgão emissor, UF...)\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_.\_\_\_\_-\_\_\_\_;

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Envelope plástico reutilizável modelo A - Tamanho 150 x 280 mm, conforme Termo Referência.	409.204		
02	Envelope plástico reutilizável modelo B - Tamanho 265 x 380 mm, conforme Termo Referência.	405.644		
03	Envelope plástico reutilizável modelo C - Tamanho 325 x 410 mm, conforme Termo Referência.	396.424		
04	Envelope plástico reutilizável modelo D - Tamanho 565 x 745 mm, conforme Termo Referência.	339.224		
05	Envelope plástico reutilizável modelo E - Tamanho 430 x 1310 mm, conforme Termo Referência.	369.184		
06	Envelope plástico reutilizável modelo F - Tamanho 745 x 980 mm, conforme Termo Referência.	319.564		
07	Lacre de polietileno (100% reciclável), descartável, dimensões mínimas de 400 mm X 50mm X 5mm X 2mm, conforme Termo Referência.	644.515		
<b>Valor Total</b>				



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**ANEXO III**  
**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

Prezados Senhores,

Declaramos ter total conhecimento do edital e anexos do Pregão Eletrônico SRP nº. 90005/2026 – SEGUP/PA, estando de pleno acordo com as condições estabelecidas no mesmo, com o qual concordamos integralmente.

Apresentamos nossa Proposta de Preços o objeto desta licitação é o Registro de preço para contratação de empresa especializada para Fornecimento contínuo de Envelopes e Lacres, a fim de atender às necessidades dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP/PA), conforme relacionado abaixo:

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Envelope plástico reutilizável modelo A - Tamanho 150 x 280 mm, conforme Termo Referência.	409.204		
02	Envelope plástico reutilizável modelo B - Tamanho 265 x 380 mm, conforme Termo Referência.	405.644		
03	Envelope plástico reutilizável modelo C - Tamanho 325 x 410 mm, conforme Termo Referência.	396.424		
04	Envelope plástico reutilizável modelo D - Tamanho 565 x 745 mm, conforme Termo Referência.	339.224		
05	Envelope plástico reutilizável modelo E - Tamanho 430 x 1310 mm, conforme Termo Referência.	369.184		
06	Envelope plástico reutilizável modelo F - Tamanho 745 x 980 mm, conforme Termo Referência.	319.564		
07	Lacre de polietileno (100% reciclável), descartável, dimensões mínimas de 400 mm X 50mm X 5mm X 2mm, conforme Termo Referência.	644.515		
<b>Valor Total</b>				



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**Preço Total: R\$**

**Garantia, conforme estabelecido no Termo de Referência - Anexo I do Edital**

No campo descrição da tabela acima deverá constar: Especificação e descrição detalhada do objeto a ser adquirido.

- I. Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado;
- II. O fornecimento do objeto ocorrerá de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 90005/2026-SEGUP/PA;

**Oferecemos garantia de qualidade e substituição do objeto**, conforme especificações técnicas do Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº. 90005/2026-SEGUP/PA;

Estão Inclusos no preço todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, insumos, serviços e encargos sociais;

**MODELO PARA APRESENTAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS**

**CNPJ / CPF:**

**Razão social / nome:**

**Endereço com./res:**

**Município:**

**UF:**

**Inscrição municipal:**

**Inscrição estadual:**

**Conta corrente nº Cód. Do Banco:**

**Sigla:**

**Nome/Número da agência:**

**Contatos:**

**E-mail:**

**Nome do representante que assinará o contrato:**

**Cargo que ocupa:**

**Estado civil:**

**Identidade nº:**

**Cpf nº:**

**Nacionalidade:**

**Profissão:**

**Endereço residencial:**

**Contatos:**

**E-mail:**

---

Local e Data

---

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA**  
**Identificação e qualificação do subscritor**



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

xxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediada xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, n.º xx, bairro xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CEP xxxxx-xxx, em xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por intermédio de seu representante legal, o Sr. (a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, infra-assinado, portador da Cédula de Identidade RG nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e do CPF xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, DECLARA expressamente que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

---

Local e Data

---

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA**  
**Identificação e qualificação do subscritor**



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA  
EMENDA CONSTITUCIONAL ESTADUAL N.º 42/2008**

(Nome da empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ n.º  
\_\_\_\_\_, sediada (endereço completo)  
\_\_\_\_\_, declara, sob as penas da Lei, que:

( ) Possui no quadro de empregados um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de pessoas com deficiência;

( ) Possui em seu quadro menos de 20 (vinte) funcionários.

Cidade - UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(nome e número da identidade do declarante)

**Obs.:** Esta declaração deverá ser em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador(es) devidamente habilitado(s).





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**ANEXO VI**  
**MINUTA DO CONTRATO**  
**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2026-SEGUP/PA**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARÁ,  
POR MEIO DA **SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA  
PÚBLICA E DEFESA SOCIAL/SEGUP**, E A EMPRESA  
**XXXXXXXXXX**, DA FORMA COMO ABAIXO MELHOR SE  
INFERE.

O ESTADO DO PARÁ, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL/SEGUP**, com sede nesta cidade, Av. Almirante Barroso, nº 735, Marco, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.054.952/0001-01, neste ato representada pelo Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, **Sr. RENAN HENRIQUE NABOR DE OLIVEIRA**, brasileiro, inscrito sob a matrícula funcional nº 5977679/3, nomeado por Decreto Estadual publicado na pagina 5, do DOE nº 36.494, de 12 de Janeiro de 2026, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede em XXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXXXXXX, E-mail: XXXXXXXXXXXXXXXX, Telefone: (XX) XXXX-XXXX, neste ato representada pelo **Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro (a), cargo XXXXXXXX, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Processo n.º 2026/2076356** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2026 - SEGUP/PA**, oriunda do **Pregão Eletrônico SRP Nº 90005/2026- SEGUP/PA**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo de Envelopes e Lacres, a fim de atender às necessidades dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP/PA), conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital;



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**1.2.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1.** O Termo de Referência;
- 1.2.2.** O Edital do Pregão Eletrônico;
- 1.2.3.** A Proposta da Contratada;
- 1.2.4.** Ata de Registro de Preços;
- 1.2.5.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO**

**2.1.** Este contrato decorre da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2026 - SEGUP/PA**, oriunda do **Pregão Eletrônico SRP Nº 90005/2026- SEGUP/PA**, referente ao **Processo Eletrônico nº 2026/2076356**, e ainda nas disposições contidas na seguinte legislação: Lei nº 14.133/21 (a Lei de Licitações e Contratos Administrativo); Lei Federal n.º 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD); subsidiariamente, a Lei Federal n.º 8.078/90 (Dispõe sobre a proteção do consumidor), aos quais CONTRATANTE e CONTRATADA estão sujeitas;

**2.2.** De acordo com a **Portaria nº 005/2026 - GAB/SEGUP, de 14 de janeiro de 2026 (DOE nº 36.497, de 15 de janeiro de 2026)**, o Secretário Adjunto de Gestão Administrativa tem competência para assinar este Contrato e seus documentos decorrentes em nome desta Secretaria, como Ordenador de Despesas.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**3.1.** O presente Contrato terá seu prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, na forma disposta no art. 105 da Lei nº 14.133/21;

**3.4.** O presente Contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021;

**3.3.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DESCRIÇÃO**

**4.1.** O valor global do presente contrato é de **R\$ XXXXXXXXXX (XXXXXXXXXX)**, no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**4.2. Descrição do objeto conforme especificações abaixo:**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	<b>Envelope plástico reutilizável modelo A</b> - Tamanho 150 x 280 mm, conforme Termo Referência.	409.204 UND	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
02	<b>Envelope plástico reutilizável modelo B</b> - Tamanho 265 x 380 mm, conforme Termo Referência.	405.644 UND	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
03	<b>Envelope plástico reutilizável modelo C</b> - Tamanho 325 x 410 mm, conforme Termo Referência.	396.424 UND	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
04	<b>Envelope plástico reutilizável modelo D</b> - Tamanho 565 x 745 mm, conforme Termo Referência.	339.224 UND	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
05	<b>Envelope plástico reutilizável modelo E</b> - Tamanho 430 x 1310 mm, conforme Termo Referência.	369.184 UND	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
06	<b>Envelope plástico reutilizável modelo F</b> - Tamanho 745 x 980 mm, conforme Termo Referência.	319.564 UND	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
07	<b>Lacre de polietileno</b> (100% reciclável), descartável, dimensões mínimas de 400 mm X 50mm X 5mm X 2mm, conforme Termo Referência.	644.515 UND	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
<b>VALOR GLOBAL R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)</b>				

**4.3.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO**

**5.1.** O bem deve ser entregue em parcelado, conforme demanda do órgão/entidade, sendo que as entregas deverão ocorrer em até **30 (trinta) dias corridos**, a contar da formalização do envio da nota de empenho, dentro do prazo de vigência contratual, mediante seu aviso com **10 (dez) dias corridos** de antecedência;



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**5.2.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

**5.3.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **3 dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**5.4.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até **10 dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**5.5.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

**5.6.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**5.7.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento contratual e na proposta, devendo ser substituído, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

**5.8.** A CONTRATANTE rejeitará o fornecimento em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência;

**5.9.** Os materiais deverão ser entregues no endereço indicado pela Contratante, em conformidade com os quantitativos estabelecidos no Quadro de Demanda;

**5.9.1.** O bem deve ser entregue em horário comercial, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 14h00min, salvo horários e dias alternativos estabelecidos pela CONTRATANTE e anuído pelo fornecedor;

**5.9.2.** A CONTRANTE poderá, a seu critério, estabelecer um único centro de recepção do material, ou diferentes unidades de recebimento, cabendo-lhe indicá-lo(s) no Quadro de Demanda.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

**6.1.** Não haverá garantia da execução do instrumento contratual, conforme especificado no item 8.6 do Termo de Referência - Anexo do Edital.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**7.1.** Não será permitida a subcontratação de empresas para prestação do serviço constante no objeto deste instrumento contratual, salvo com a anuência do CONTRATANTE.

**PARAGRAFO ÚNICO** - A fusão, cisão ou incorporação só será admitida, com o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE, desde que não afete a boa execução do Contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO**

**8.1.** O pagamento será efetuado à Contratada em **até 30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura), devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato/Comissão de Recebimento, juntamente a apresentação das certidões de regularidade com os tributos federais, estaduais e municipais pertinentes, do INSS e FGTS, em vigência;

**8.2.** O pagamento acima referenciado será creditado em favor do fornecedor, através de ordem bancária, em conta corrente aberta, preferencialmente, no **Banco do Estado do Pará - BANPARÁ**, deixando bem claro pela CONTRATADA os números da respectiva agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

**8.4.** Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal os seguintes documentos, se exigidos pela CONTRATANTE:

- a)** Certidão Negativa de Débito do INSS, devidamente atualizada;
- b)** Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- c)** Certidão Conjunta de Regularidade com a Fazenda Federal (Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União da Fazenda Federal), Estadual e Municipal.

**8.5.** A não apresentação da Certidão Negativa de Débito do INSS, bem como do Certificado de Regularidade do FGTS e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos Federais, Estaduais e Municipais ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis;





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

- 8.6.** Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante;
- 8.7.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 8.8.** Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa e o contraditório;
- 8.8.** Concomitante à notificação à CONTRATADA, para que realize a regularização, a CONTRATANTE oficiará a ocorrência ao INSS, no caso da CND, à Caixa Econômica Federal, no caso do CRF, e à Receita Federal, no caso de CND relativa aos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- 8.9.** Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante;
- 8.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação;
- 8.11.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no art. 31 da Lei 8.212/93, quando couber;
- 8.12.** Caso o objeto deste Contrato seja recusado e/ou o documento fiscal apresente alguma incorreção, será considerado como não entregue e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização, observado os prazos dispostos neste Contrato;
- 8.13.** Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de Carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação;
- 8.14.** Correrão por conta da CONTRATADA o ônus do prazo de compensação e todas as despesas bancárias decorrentes da transferência de crédito;
- 8.15.** A CONTRATANTE efetuará as retenções dos tributos incidentes no faturamento, de acordo



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

com a legislação vigente. O CNPJ, que deverá constar nas Notas Fiscais, deverá ser o mesmo CNPJ que a Contratada utilizou neste Contrato;

**8.16.** A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero;

**8.17.** Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas;

**8.18.** A qualquer tempo o órgão Contratante poderá solicitar a apresentação do CRF relativo ao FGTS, bem como, todos os demais documentos constantes da fase de habilitação.

**8.19.** No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a(s) empresa(s) vencedora(s) não tenha(m) concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo órgão solicitante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

**8.20.** Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Contratante, em favor do fornecedor. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário;

**8.21.** Nenhum pagamento será efetuado à participante vencedora enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

isso gere direito a reajustamento de preços.

#### **CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE DE PREÇOS**

**9.1.** Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de **12 (doze) meses**, a contar do orçamento estimado, e serão realizados pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro índice oficial pertinente a natureza do objeto do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO**

**10.1.** Será admitido o requerimento de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, cabendo a CONTRATANTE decidir a respeito no prazo de um mês, passível de prorrogação motivada por igual período, consoante teor do art. 123, p. único, da Lei Federal nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**11.1.** São obrigações do Contratante:

**11.1.1.** Providenciar a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Estado.

**11.1.2.** Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contratual;

**11.1.3.** Promover o recebimento do objeto, rejeitando o que estiver em desacordo com o exigido no Termo de Referência do Edital da **PREGÃO ELETRÔNICO Nº SRP Nº 90005/2026-SEGUP/PA**

**11.1.4.** Efetuar o pagamento do preço ajustado na forma, prazos e condições previstas neste instrumento contratual;

**11.1.5.** Designar servidor(es) para acompanhar a execução do Contrato;

**11.1.6.** Comunicar a Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do presente instrumento contratual;

**11.1.7.** Exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da Contratada que não mereça a sua confiança ou embarace a fiscalização ou ainda que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;

**11.1.8.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Contrato e demais instrumentos que expressamente se vinculam;



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**11.1.9.** Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na execução do objeto contratual, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**11.1.10.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme dispõe o art. 143 da Lei nº 14.133/21;

**11.1.11.** Aplicar a Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**11.1.12.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

**11.1.13.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**12.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e demais instrumentos que expressamente se vinculam, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**12.1.1.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo, quantidades e local constantes no presente instrumento contratual e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura;

**12.1.2.** Comunicar ao Contratante, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**12.1.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/21) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**12.1.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

- 12.1.6.** Responsabilizar-se pelas despesas de fretes, taxas e eventuais onerações que incidam sobre o objeto contratado;
- 12.1.7.** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados, sejam por dolo ou culpa na execução do Contrato, relacionados com o objeto deste instrumento contratual, indenizando a Contratante, seus servidores e ou terceiros;
- 12.1.8.** Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do Contratante;
- 12.1.9.** Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionada a essa contratação, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;
- 12.1.10.** Assumir responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais decorrentes da adjudicação do Pregão que originou o presente Contrato;
- 12.1.11.** A Contratada não poderá subcontratar, transferir ou ceder a terceiro, no todo ou em parte, o objeto do contrato;
- 12.1.12.** Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Contratante, não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações;
- 12.1.13.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 12.1.14.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 12.1.14.1.** A indicação ou a manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pela Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a Contratada designar outro para o exercício da atividade;
- 12.1.15.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, consoante o disposto no art. 137, II, da Lei nº 14.133/21;
- 12.1.16.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital, o valor correspondente aos danos sofridos;





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**12.1.17.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/21;

**12.1.18.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

**12.1.18.1.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

**12.1.18.2.** Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

**12.1.18.3.** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

**12.1.18.4.** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

**12.1.18.5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**12.1.19.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

**12.1.20.** Promover a guarda, manutenção e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

**12.1.21.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

**12.1.22.** Submeter previamente, por escrito, a Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

**12.1.23.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**12.1.24.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, consoante o disposto no art. 116, da Lei nº 14.133/21;



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

- 12.1.25.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme disposto no art. 116, parágrafo único. da Lei nº 14.133/21;
- 12.1.26.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do presente instrumento contratual;
- 12.1.27.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, da Lei nº 14.133/21;
- 12.1.28.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.
- 12.1.29.** Responder , em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeições, vales-transportes, fretes e outras que porventura venha a ser criadas e exigidas pelo Poder Público.
- 12.1.30.** Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da CONTRATANTE para a execução do contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, a Contratada que:

- a)** Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** Der causa à inexecução total do contrato;
- d)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**13.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**13.2.1. Advertência** pela falta do subitem 13.1.1 deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**13.2.2. Multas:**

**13.2.2.1. Multa Moratória:**

**a)** 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de 30 dias corridos;

**b)** 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado até o limite de 30 dias corridos pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

**13.2.2.2. Multa Compensatória:**

**a)** 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto.

**13.2.3. Impedimento de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.1 a 13.1.7 deste instrumento contratual, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, o que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, no caso dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

**13.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a CONTRATANTE;

**13.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

**13.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

**13.6.** A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará;

**13.7.** A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21;



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**13.8.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente;

**13.9.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, em prazo estipulado pela Administração Pública, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

**13.10.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**13.11.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21):

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.12.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

**13.13.** A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

**13.14.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal;

**13.15.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;

**13.16.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**14.1.** O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

**14.1.1.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da Contratada pela Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;

**14.1.2.** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**14.2.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137, da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

**14.2.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**14.3.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

**14.3.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**14.4.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**14.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**14.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**14.4.3.** Indenizações e multas.





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**14.7.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133/21).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**15.1.** Os recursos orçamentários necessários para atender às despesas decorrentes deste Contrato constam do orçamento aprovado da CONTRATANTE, como a seguir especificado:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Fonte XXXXXXXXX

Natureza XXXXXX

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA**

**16.1.** A minuta deste Contrato foi aprovada pela Consultoria Jurídica da SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SEGUP/FESPDS conforme **Parecer Jurídico N° XXX/2026 - CONJUR**, consoante com o art. 53, da Lei n.º 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**17.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade dos bens recebidos e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados;

**17.2.** O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato;

**17.3.** A verificação da adequação do objeto deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência;

**17.4.** O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do objeto contratual, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na legislação;



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**17.5.** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

**17.6.** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela(s) contratada(s) ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento contratual e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual;

**17.7.** A Contratante reserva-se o direito de recusar-se a atestar a Fatura/Nota Fiscal se, no ato da apresentação, os bens entregues que não estiverem de acordo com a descrição apresentada e aceita;

**17.8.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da(s) contratada(s), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme versa a legislação vigente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS**

**18.1.** Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES**

**19.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/21;

**19.2.** A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

**19.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

**20.1.** As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

**21.1.** O presente Contrato será publicado sob forma de extrato no Diário Oficial do Estado do Pará, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data de sua assinatura, de conformidade com o que dispõe o Art. 28, § 5º, da Constituição Estadual.

**21.2.** Incumbirá a Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/21.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**22.1.** E por assim acordarem, as partes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas neste Contrato que, lido e achado conforme, vai assinado em 02 (duas) vias, pelos representantes e testemunhas a seguir.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO**

**23.1.** É competente o Foro da Justiça Estadual, Estado do Pará, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Belém/PA, XX de Março de 2026.

**RENAN HENRIQUE NABOR DE OLIVEIRA**  
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CONTRATADA

#### **TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_  
CPF:

2. \_\_\_\_\_  
CPF:



## ASSINATURAS

**Número do Protocolo:** 2026/2076356

**Anexo/Sequencial:** 73

*Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2012.*

### **Assinatura(s) do Documento:**

**Assinado eletronicamente por:** Renan Henrique Nabor de Oliveira,

**CPF:** \*\*\*.398.372-\*\*

**Em:** 04/05/2026 16:05:06

**Aut. Assinatura:** bc39b5019244c8a5e00b9e640c669855d6d56bb2e6bec76b0d8167b86bfee69b



**Identificador de autenticação:** ac5e2706-9a85-410f-a8d3-e53758e05585

Confira a autenticidade deste documento em

<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>